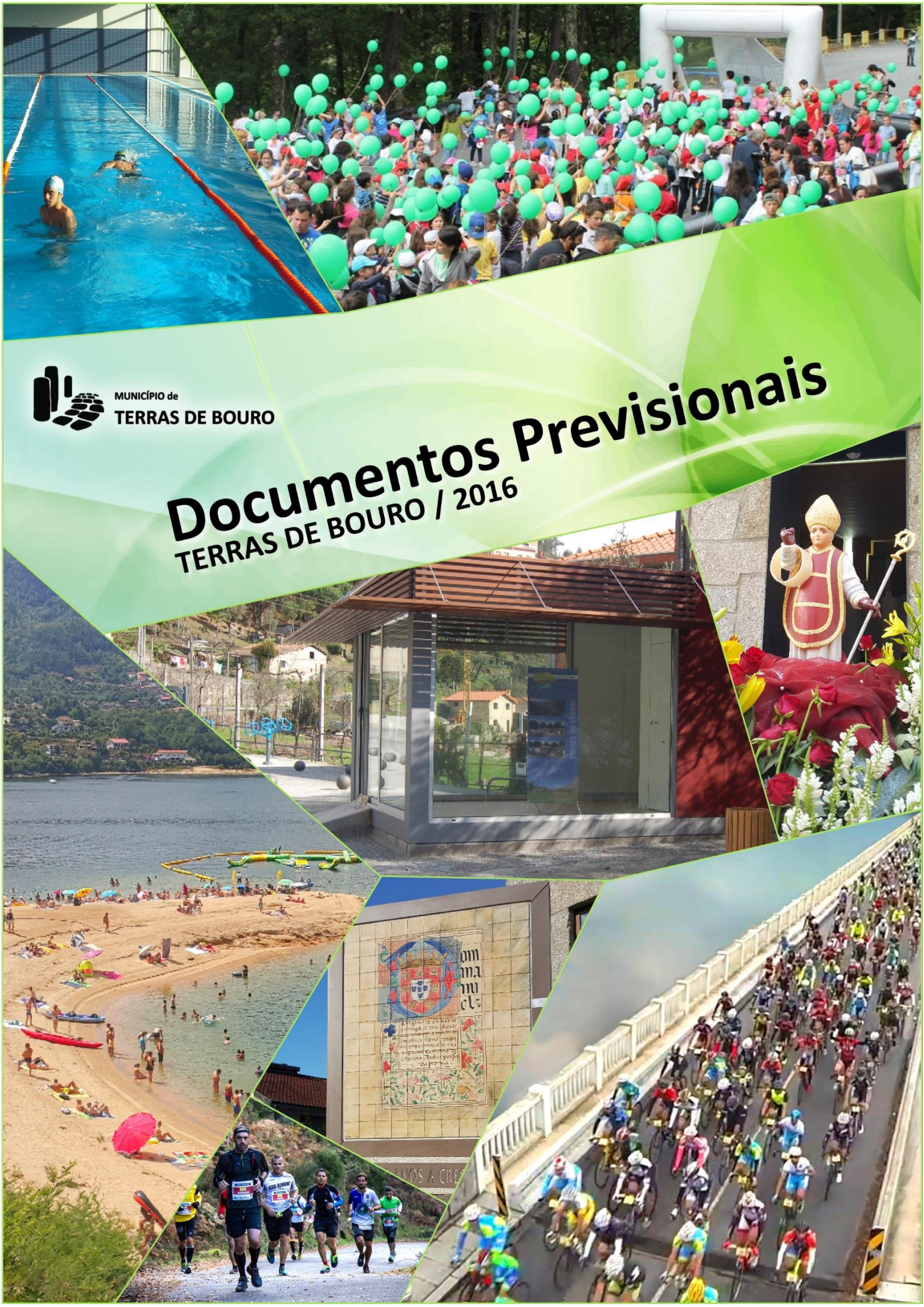




MUNICÍPIO de
TERRAS DE BOURO

Documentos Previsionais

TERRAS DE BOURO / 2016



Índice

| | |
|--|----|
| 1. APRESENTAÇÃO..... | 3 |
| 2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO..... | 6 |
| 3. OBRAS E PROJETOS MUNICIPAIS..... | 25 |
| 4. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA | 28 |
| 5. POLÍTICA ORÇAMENTAL | 29 |
| 6. EXECUÇÃO DOS PROJETOS..... | 31 |
| 7. FINANCIAMENTOS..... | 32 |
| 8. GESTÃO DE PESSOAL | 34 |
| Mapa de Pessoal - 2016 | 34 |
| 9. NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO | 38 |
| 10. MAPAS..... | 50 |
| 10.1 Resumo do Orçamento | 50 |
| 10.2 Orçamento da Receita | 51 |
| 10.3 Orçamento da despesa | 54 |
| 10.4 Atividades Mais Relevantes | 59 |
| 10.5 Plano Plurianual de Investimentos | 61 |
| 11. ANEXOS | 64 |
| 11.1 Encargos com empréstimos..... | 64 |
| 11.2 Quadro-resumo dos subsídios ao investimento | 66 |
| 11.3 Mapa das entidades participadas | 67 |

1. APRESENTAÇÃO

Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, apresentamos aos competentes órgãos autárquicos (Executivo e Assembleia Municipal de Terras de Bouro) os documentos previsionais com as **Grandes Opções do Plano (GOP)** e o **Orçamento do Município (OM) para o ano de 2016**, bem como as opções estratégicas que queremos ver concretizadas ao longo de 2016 e nos anos seguintes.

A apresentação destes documentos previsionais ocorre numa conjuntura de crise financeira, económica e social que, desde 2010, afeta gravemente o país e as autarquias locais e que continuará, certamente, a repercutir-se nos próximos anos no orçamento municipal e, mais grave ainda, nos orçamentos das famílias, com o desemprego, a falta de poder de compra, a diminuição da qualidade de vida, a redução da taxa de natalidade e o consequente envelhecimento da população a assumirem contornos dramáticos.

O Plano de Atividades e o Orçamento Municipal, que aqui apresentamos, foram elaborados com o contributo dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e dos membros da Assembleia Municipal que desejaram apresentar propostas. Reconhecemos que estas propostas são oportunas e enquadram-se dentro da disponibilidade financeira do município e por isso foram incluídas nestes documentos previsionais.

Importa salientar que a concretização de projetos e obras públicas de média ou elevada exigência financeira está fortemente condicionada pelos Fundos Comunitários – “Portugal 2020” e “Norte 2020”, que ainda se encontram numa fase inicial ou de “arranque”. **Sem o apoio dos Fundos Comunitários, o nosso Município não terá capacidade financeira para concretizar os projetos e as obras que contribuam para o desenvolvimento do nosso concelho.** Conhecemos, no entanto, as áreas de intervenção e os projetos que serão cofinanciados e estamos a preparar os respetivos processos de candidatura. Estão já abertas algumas candidaturas no âmbito do saneamento básico e outras abrirão ao longo do ano de 2016. Nesta fase, ainda não há projetos aprovados o

que **limita decisivamente a elaboração do Plano de Atividades e do Orçamento do Município para 2016**. Sem as candidaturas aprovadas não podemos incluir os montantes das mesmas no orçamento municipal. À medida que forem aprovadas proceder-se-á a revisões orçamentais para a sua inclusão.

No momento em que elaboramos estes documentos, sabemos que ao longo do ano de 2016 as transferências do OGE para a autarquia terão o mesmo montante de 2015, que se fixa nos 5.568.789,00 €. Apresentamos um orçamento cuja receita total atinge o montante de 8.783.019,00 €. Sabemos que as despesas fixas, como vencimentos dos funcionários, transportes, ação social e escolar, apoios a instituições, consomem uma parte significativa deste orçamento. Podemos, assim, concluir que sem fundos comunitários não teremos capacidade de executar obras de grande relevo.

Apesar destas limitações financeiras, continuaremos a lutar contra o desemprego e a perda de população. Também não abdicaremos das obras que consideramos fundamentais para o desenvolvimento de Terras de Bouro.

As nossas propostas de atividades e projetos assentam no diagnóstico das necessidades que constantemente fazemos para o nosso concelho. Continuaremos a apostar nas obras que possam promover a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar das populações.

Continuaremos a trabalhar para valorizar o nosso concelho e construir um futuro melhor para todos. Sabemos que isso só é possível com o esforço, o empenho, a determinação e o rigor nas opções e nas despesas por parte das Assembleias e Juntas de Freguesia, da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. Por isso, é nosso objetivo estratégico continuar a valorizar o papel das Juntas de Freguesia e da Assembleia Municipal na construção de um concelho mais próspero. Manteremos com as Juntas de Freguesia um diálogo constante e facultaremos o apoio técnico e financeiro necessário à concretização das obras prioritárias. Continuaremos a solicitar à Assembleia Municipal a discussão dos assuntos que considerarmos de interesse para as populações e para o futuro do concelho.

A nossa atuação será objeto de monitorização e avaliação permanente, ajustando-a a novas realidades e necessidades que, certamente, surgirão ao longo do ano de 2016.

Terras de Bouro, 30 de outubro de 2015

O Presidente da Câmara Municipal


(Joaquim José Cracel Viana)

2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano para o ano de 2016 assentam nos seguintes objetivos estratégicos que desde o início da nossa gestão autárquica definimos para o nosso concelho:

- Continuar o esforço de equilíbrio financeiro do Município;
- Promover o emprego;
- Combater a perda de população;
- Melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das populações;
- Tornar o concelho atrativo ao investimento privado;
- Promover o desenvolvimento económico do concelho alicerçado no turismo e na agricultura;
- Dinamizar cada vez mais os edifícios e as estruturas municipais: Centro de Animação da Vila Termal do Gerês, Centro Náutico de Rio Caldo, Postos de Turismo, Museus, Centros Interpretativos, Piscinas Municipais, Casa dos Bernardos, Espaços Públicos, etc.

Face a estes objetivos estratégicos, continuaremos a apostar na melhoria das acessibilidades, na eficiência do abastecimento domiciliário de água e do saneamento básico, no apoio à construção de habitação própria para jovens e grupos carenciados, no apoio aos agricultores, empresários, jovens e idosos, na requalificação de espaços públicos, na recuperação do património histórico e cultural, na dinamização social, cultural e desportiva, na dinamização do turismo, na promoção do concelho, na atração de investidores, no equilíbrio entre as receitas e as despesas do Município.

Em tempo de crise económica e de contenção orçamental, temos conseguido o equilíbrio das contas do Município. Contudo, a situação financeira do Município continua a exigir dos autarcas a seleção criteriosa das obras prioritárias e com possibilidades de se concretizarem e de serem pagas dentro dos prazos exigidos pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conhecida como Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas.

Procurando responder às necessidades prioritárias da população e tendo em consideração o contexto de crise que nos afeta (crise económica, social e orçamental) e as perspetivas do Quadro Estratégico Comum (QEC) – Fundos de Investimento Comunitário, apresentamos de seguida as atividades e iniciativas que pretendemos realizar ao longo de 2016.

Colocamos a promoção do emprego no topo das prioridades. Sabemos que só com a criação de emprego poderemos fixar e aumentar a população, de forma a reverter a tendência do envelhecimento e da desertificação. Sabemos também que a promoção do emprego depende muito das políticas nacionais e europeias para esta área e do investimento privado. Além do emprego, centraremos a nossa atenção e as nossas decisões políticas na ação social, no turismo, na agricultura, na juventude, nas acessibilidades, na requalificação urbana, no abastecimento de água, no saneamento básico, no ambiente, na educação, na cultura, no património, no desporto, na proteção civil, na saúde, entre outras áreas.

EMPREGO

O nosso concelho, apesar de possuir potencialidades únicas sobretudo ao nível do turismo, apresenta sérios constrangimentos em termos de atração económica e consequente criação de emprego, que resulta das fracas vias de acesso aos grandes centros urbanos e dos condicionalismos impostos por vários regulamentos do ordenamento do território (POPMPG, POAC, REN, RAN, REDE NATURA 2000). A recente revisão do PDM veio abrir mais possibilidades e oportunidades na área do turismo, prevendo-se, através deste setor, mais criação de emprego.

Concorre também para aumentar as dificuldades de criação de emprego a atual crise económica do país, onde o investimento público por parte do governo praticamente não existe e o investimento privado é tímido e manifestamente insuficiente para a criação de emprego.

O desemprego é, sem dúvida, a principal consequência da crise económica que o país atravessa. A falta de emprego no país e no nosso concelho tem provocado o êxodo

da população, particularmente dos jovens que procuram soluções para a vida noutras paragens, sobretudo no estrangeiro.

Apesar das dificuldades neste domínio, não nos alhearemos dos problemas da falta de emprego e do rendimento económico das famílias. Com o objetivo de atenuar as dificuldades económicas dos munícipes, sobretudo dos desempregados, concretizaremos as seguintes atividades e medidas:

- Apoio à criação de emprego e de empresas e apoio ao investimento através de candidaturas aos fundos comunitários;
- Contactos e incentivos aos empresários para investirem no nosso concelho em diversas áreas (turismo, agricultura, comércio, indústria, etc.);
- Disponibilização de espaços municipais, como os existentes no Parque Industrial de Moure, para a instalação de empresas criadoras de emprego, e os existentes em Paradela, Valdosende, para a instalação de empreendimentos turísticos;
- Apoio técnico e financeiro na elaboração de projetos para candidaturas a fundos comunitários no âmbito da agropecuária e do turismo rural;
- Incremento da atividade turística, alavanca da economia do concelho, através de várias iniciativas e atividades que apresentamos mais à frente;
- Manutenção da eficácia do Gabinete de Apoio ao Agricultor. Através deste gabinete, entram no concelho muitas centenas de milhares de euros para apoiar os nossos agricultores e melhorar a qualidade de vida das suas famílias;
- Apoio e integração de alguns munícipes como trabalhadores da autarquia, ao abrigo do Regulamento de Apoio a Estruturas Sociais Desfavorecidas;
- Divulgação e concretização de medidas de apoio ao emprego e de qualificação profissional, através do Gabinete de Inserção Profissional (GIP);
- Promoção de emprego e de ocupação de jovens através de Contratos Emprego-Inserção e Estágios Profissionais;
- Promoção e apoio a cursos de Educação e Formação de Adultos;
- Apoio ao empreendedorismo de base local em Terras de Bouro.

AÇÃO SOCIAL

Tudo se exige à Câmara Municipal, muito mais em momentos de crise como aqueles que estamos a viver, pois é o órgão de poder mais próximo dos cidadãos.

Conhecemos as dificuldades e o sofrimento de muitas pessoas e famílias e não podemos ficar indiferentes. Assim:

- Apoiaremos as famílias carenciadas na melhoria das condições de habitabilidade (elaboração de projetos, cedência de materiais, apoio financeiro para obras, etc.);

- Reabilitaremos edifícios públicos para habitação social, nomeadamente escolas primárias desativadas;

- Apoiaremos o pagamento de rendas da habitação a famílias socialmente desfavorecidas;

- Manteremos a dinâmica da loja social que tem dado importante apoio ao nível do vestuário, mobiliário, alimentos, brinquedos, etc.;

- Continuaremos a concretização do Plano Municipal para a Igualdade de Géneros;

- Continuaremos a parceria, através de protocolo, com o Instituto de Reinserção Social, acolhendo e acompanhando pessoas com condenações pelos Tribunais para executarem trabalhos a favor da comunidade;

- Manteremos o protocolo com o Instituto de Segurança Social, assumindo alguns serviços, nomeadamente na ação social, RSI e FEAC (Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados);

- Continuaremos a organizar um conjunto de atividades lúdicas, culturais e de lazer com idosos, no âmbito do projeto municipal “Envelhecer a Sorrir”;

- Manteremos a parceria no projeto supramunicipal “Bem Envelhecer”, promovido pela EAPN (Rede Europeia Anti-Pobreza), organizando e participando num conjunto de atividades lúdicas, culturais e de lazer com os idosos;

- Promoveremos atividades recreativas e culturais com os idosos do concelho, destacando-se os encontros de convívio e confraternização, as colónias de férias e o Encontro Anual da Pessoa Idosa;

- Dinamizaremos atividades lúdicas, culturais e de lazer com os idosos através do Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade;

- Promoveremos a Colónia de Férias Sénior;

- Manteremos a parceria com o Instituto Habitat;

- Prestaremos o apoio técnico e financeiro a todas as Instituições de Solidariedade Social do concelho;

- Continuaremos a prestar apoio na área de enfermagem às IPSS do concelho, através do Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade;

- Apoiaremos, através do Banco Local de Ajudas Técnicas, pessoas dependentes com equipamentos e produtos de apoio (cadeiras de rodas, camas articuladas, andarilhos, etc.).

Ação Social Escolar – Apoio a crianças e jovens

Continuaremos a oferecer a todos os alunos do 1.º ciclo do 1.º escalão de abono a totalidade dos manuais escolares (três manuais e respetivos cadernos de apoio). Aos alunos do 2.º escalão de abono serão atribuídos dois manuais escolares e respetivos cadernos de apoio.

Ofereceremos todo o material de papelaria e desgaste (papel, tintas, lápis, marcadores, tinteiros, etc.) para as atividades escolares, lúdicas e expressivas do 1.º ciclo.

Continuaremos a garantir os transportes escolares gratuitos a todos os alunos que frequentam o ensino pré-escolar e o ensino básico e aos alunos com necessidades educativas especiais. Devemos salientar que todas as crianças com NEE, sobretudo as de maior dependência, continuarão a ser transportadas nas viaturas do Município gratuitamente. Comparticiparemos o valor do passe escolar aos alunos que frequentam o ensino secundário ou profissional e asseguraremos regularmente o transporte

gratuito a todos os alunos para a realização de visitas de estudo, atividades desportivas, culturais e lúdicas.

Continuaremos os apoios no âmbito das refeições escolares do 1.º ciclo. A todos os alunos do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo será garantida a Componente de Apoio à Família e as Atividades de Animação de Apoio à Família (refeições e prolongamento de horário), com especial apoio do Município no serviço de refeições a todas as crianças no próprio estabelecimento de ensino, nos transportes, em materiais escolares, apoio ao estudo e atividades lúdicas e culturais.

Em colaboração com o Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, o Município participará em vários eventos e atividades que serão abordados no capítulo Cultura e Educação.

O Município, com a colaboração de algumas Juntas de Freguesia e através do Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade, continuará a promover o “ATL de Verão” e atividades nas férias escolares para as crianças do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo, proporcionando-lhes gratuitamente inúmeras atividades desportivas, lúdicas e culturais (ex: idas à piscina, à praia, passeios de barco, visita a museus, convívios com idosos, etc.), bem como o transporte e a merenda da manhã e da tarde. Esta iniciativa do Município será um importante apoio para os pais que necessitam de trabalhar durante o verão e as férias escolares.

O Município promoverá também a Colónia de Férias “Júnior” na praia.

Os nossos jovens que frequentam o ensino superior continuarão a usufruir de vários apoios do Município, de acordo com o Regulamento Municipal para o efeito.

Através da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), continuaremos a acompanhar diversas situações de crianças e jovens em risco (v.g., abandono e negligência parental; violência doméstica; abandono ou absentismo escolar, etc.);

Disponibilizaremos ainda serviços municipais de apoio psicológico e psicopedagógico e de terapia da fala e nutrição a todos os alunos que necessitarem destes serviços, através do Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade.

Programa de Apoio à Natalidade

Como incentivo ou apoio à natalidade, o Município continuará a oferecer as vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação (PNV). Estas vacinas podem ser substituídas na totalidade ou em parte por artigos de puericultura, bens alimentares e de higiene para bebés. Para operacionalizarmos este apoio, manteremos os protocolos com as farmácias do concelho, pois os artigos só poderão ser adquiridos nestas farmácias. Assim, além de ajudarmos os pais e os bebés, apoiamos a economia local.

TURISMO

O turismo surge como uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento económico e a criação de emprego.

Terras de Bouro e o Gerês formam um território de turismo único, com uma mística ímpar, conjugando a diversidade paisagística, cultural e patrimonial e a capacidade de resposta em áreas fundamentais como o termalismo e o bem-estar, a hotelaria, a restauração e o lazer.

O Gerês é uma das maiores referências no turismo nacional, sobretudo no turismo de saúde e bem-estar e no turismo de natureza, pela história e projeção das Termas do Gerês e pelo valor natural e paisagístico do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Parte significativa da população do concelho vive direta ou indiretamente do turismo através do trabalho nas termas, nos hotéis, nas casas de turismo rural, nos restaurantes, nos parques de campismo, nas empresas de animação turística, no artesanato, etc.

O turismo é, pois, um desafio presente e futuro!

Para favorecer a atividade turística e divulgar o nosso concelho, apostaremos na dinamização das estruturas municipais: os Postos de Turismo de Rio Caldo e do Gerês continuarão abertos todos os dias da semana e com prolongamento de horário ao fim de semana, durante o período de verão; o Núcleo Museológico e a “Porta do PNPG” no Campo do Gerês continuarão a assumir um papel ativo de atração de visitantes, através

de diversas atividades culturais e recreativas, exposições e comemorações; o Centro Náutico de Rio Caldo que, em 2016, contará com o funcionamento do barco “Rio Caldo”, o Centro de Animação Termal do Gerês, a Casa dos Bernardos e o Centro Interpretativo da Rota dos Moinhos, em Santa Isabel do Monte, continuarão a ser espaços municipais importantes para a dinamização do turismo.

A Galeria dos Miliários está concessionada a um particular que explora o bar da Fronteira da Portela do Homem. O Centro Interpretativo do Garrano, também concessionado a uma empresa concelhia de animação turística, está a necessitar de algumas intervenções de modo a promover a sua total utilização. É um desafio que queremos resolver ao longo de 2016.

Além da dinamização das estruturas municipais, apostaremos na divulgação do nosso concelho nos meios de comunicação social e nos postos de turismo das principais cidades do norte do país. Participaremos em feiras e eventos ligados ao turismo: Bolsa de Turismo de Lisboa e Feira de Produtos Regionais Portugueses, em Nanterre, França.

Promoveremos a divulgação da revista turística municipal «À Descoberta do Gerês/Terras de Bouro», agora em vários idiomas: português, francês, inglês, espanhol e alemão.

Apostaremos na animação turística através de parcerias e protocolos com instituições e associações do concelho, como a Associação Gerês Viver Turismo e a ATACE: trilhos pedestres, animação turística, atividades culturais, desportivas e recreativas, etc.

Assumimos como elementos fundamentais da dinamização do turismo no nosso concelho o Parque Nacional da Peneda-Gerês, as estâncias termais do Gerês e de Moimenta, a Basílica de S. Bento da Porta Aberta, as albufeiras de Caniçada e de Vilarinho da Furna, os rios, os trilhos pedestres, as belezas naturais, a via romana – Geira – que atravessa o concelho, reconhecida pelo Governo como Monumento Nacional, e que deve assumir-se cada vez mais como património histórico e cultural e como recurso turístico. Estaremos atentos ao Quadro Comunitário de Apoio para a apresentação de candidaturas no âmbito da divulgação e promoção dos nossos

recursos turísticos (turismo de natureza, turismo de saúde e bem estar, turismo religioso).

Outras iniciativas municipais de valorização do turismo:

- Construção das praias fluviais do Alqueirão, de Moimenta e de Carvalheira;
- Resolver ou atenuar alguns problemas de estacionamento durante o verão, sobretudo nas freguesias de Rio Caldo e Vilar da Veiga;
- Construção da ecovia Rio Caldo/Gerês;
- Organização de eventos: Gerês Romântico, Animação de Verão, Festas Concelhias, Abertura da Época Termal, Feira de S. Martinho e Encontro Nacional de Poetas;
- Promoção da gastronomia: Fim de Semana Gastronómico, Feira do Cabrito Biológico da Serra do Gerês, Feira da Chanfana de Cabra da Ermida;
- Preocupação com a higiene dos espaços públicos, sobretudo dos mais frequentados por turistas, como zonas ribeirinhas e parques de merendas (construção de WC, limpeza e recolha do lixo);
- Promoção e valorização dos trilhos pedestres: manutenção dos trilhos existentes e criação de trilhos mais curtos;
- Incentivo e apoio à construção de estruturas turísticas por parte de entidades particulares: candidaturas através da ATAHCA (PDR) e a outros fundos comunitários;
- Apoio à organização de eventos: Subida da Vezeira; Provas desportivas (ciclismo, trail, BTT, TT).
- **Valorização do Conselho Municipal de Turismo de Terras de Bouro:** um órgão com carácter eminentemente consultivo, que coopera na política municipal de turismo, apresentando propostas, e promove a criação de condições para estimular o desenvolvimento da atividade turística no nosso concelho.
- **Continuar a concretização do Plano de Valorização Turística de Terras de Bouro,** solicitado pelo Município a uma empresa creditada para o efeito (NML – Projetos e Desenvolvimento Turístico). Esse **Plano de Valorização Turística** aponta os produtos

turísticos estratégicos, a oferta turística (alojamento, restaurantes, trilhos pedestres, animação turística, recursos turísticos), a procura turística, a gestão turística interna na Câmara Municipal e com as empresas e instituições, a comunicação e a aposta na marca GERÊS, os suportes de comunicação *online*. Apresenta várias propostas, como a melhoria da sinalização turística, a certificação do território, a mobilidade, a melhoria da animação turística, a alteração da gestão e da comunicação interna por parte da Câmara Municipal (criação do gabinete de Turismo), etc. É um documento fundamental para melhorarmos a dinâmica do Turismo no nosso concelho que estamos e continuaremos a concretizar.

AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA

Assumimos o setor agrícola como um vetor fundamental de emprego e de economia familiar. Temos no nosso concelho muitas famílias que vivem dos rendimentos do trabalho na agricultura, pecuária e silvicultura. Para podermos apoiar eficazmente o setor agrícola, manteremos a dinâmica do «Gabinete de Apoio ao Agricultor» que tem sido um êxito e que oferece os seguintes serviços de forma gratuita:

- Candidaturas a apoios financeiros, elaboração de candidaturas de projetos, programas de formação e informação, apoio jurídico, organização de eventos (concursos, exposições, visitas, ações de formação, etc.).

O GAA tem um protocolo com a CONFAGRI, cujo principal objetivo é apoiar os agricultores. Este Gabinete, através das candidaturas para ajudas ao rendimento, ajudas animais (bovinos, ovinos e caprinos), apoio ao pastoreio extensivo, medidas agro e silvo-ambientais e manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, tem contribuído para a entrada no concelho de muitas centenas de milhares de euros.

JUVENTUDE

Um dos graves problemas do nosso concelho é a falta de respostas aos anseios dos jovens. Por isso, os jovens fogem e a população diminui e envelhece. Procuraremos atenuar esta preocupante situação através das seguintes iniciativas:

- Dinamização do Conselho Municipal da Juventude;
- Dinamizar o Gabinete de Inserção Profissional como uma estrutura de apoio aos Jovens;
- Criação do Gabinete de Apoio à Juventude e ao Associativismo:
 - Orientar e apoiar os jovens na procura de emprego e na criação de empresas;
 - Desenvolver atividades de ocupação de tempos livres;
 - Divulgar e incentivar o uso do «Cartão Jovem Municipal» que possibilitará descontos na utilização das valências e das estruturas municipais.
- Dia Municipal da Juventude e do Associativismo (1.º sábado de maio): convívio formativo no âmbito do património cultural, histórico, ambiental, etc. do concelho;
- Lançamento do concurso concelhio de empreendedorismo e ideias de negócio.

O Município manterá os vários apoios para a fixação de jovens, como a elaboração gratuita de projetos para habitação e para estruturas que, no âmbito do empreendedorismo, possam criar emprego, reduzindo as taxas municipais.

ACESSIBILIDADES

Uma boa rede de vias municipais e nacionais é fundamental para o desenvolvimento e o bem-estar das populações. Propomo-nos executar as seguintes obras, **estando muito dependentes dos fundos comunitários**:

- Acessos aos lugares de Pergoim e Ermida;
- Pavimentação de diversos acessos e ruas em várias freguesias;
- Preservação de todas as vias no interior do concelho.

URBANISMO, PLANEAMENTO E HABITAÇÃO

No domínio do urbanismo e planeamento, e após a publicação em DR da revisão do PDM, temos condições para proporcionar um novo impulso à construção ou requalificação de habitações e à construção de equipamentos turísticos.

Disponibilizaremos lotes de terreno do Município para a construção de habitação e estruturas municipais, como as de Moure, para a instalação de empresas.

Apoiaremos as famílias com dificuldades económicas e todos os jovens e casais jovens do concelho, através da oferta de projetos de arquitetura elaborados pelo Gabinete de Apoio ao Município (GAM) e da redução do valor das taxas e licenças de construção.

O Gabinete de Apoio ao Município continuará a elaborar projetos para obras particulares, para as Juntas de Freguesia, IPSS e outras Instituições do concelho.

REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Procederemos à requalificação de vários espaços públicos, o que evidencia a nossa preocupação no adorno do concelho e em contribuir para o bem-estar das pessoas residentes e das que nos visitam. Destacamos o arranjo urbanístico de algumas áreas das vilas do Gerês e de Terras de Bouro, da rua da Geira (continuação da pavimentação em paralelo), no Campo do Gerês; a requalificação do espaço envolvente à capela de Santa Eufémia, em Covide; o arranjo urbanístico do espaço exterior da capela de S. Miguel, o Anjo, em Guardenha; a construção de parques de lazer junto ao rio Homem, em Carvalheira e em Moimenta; a requalificação urbanística do lugar da Seara de Baixo e do largo junto à EN, em Parada, Rio Caldo; a construção de passeios em Moimenta e em Vilar da Veiga; outras requalificações que sejam solicitadas pelas Juntas de Freguesia.

ÁGUA E SANEAMENTO

Temos resolvido vários problemas no abastecimento de água, sobretudo problemas que surgem durante o verão, em várias freguesias, o que acarretava e ainda acarreta situações intoleráveis para os munícipes. Para resolver de vez as situações preocupantes que ainda subsistem, continuaremos a reformulação ou ampliação da rede de abastecimento de água e o reforço das captações de água em diversas freguesias.

Quanto ao saneamento básico, a nossa preocupação irá para as freguesias e lugares onde os sistemas já não se mostram eficazes, como são os casos do Campo do Gerês, de Admeus e Pereiró, em Vilar da Veiga, e da sede do concelho. Temos apelado à resolução destes problemas ambientais por parte dos organismos públicos e proposto a abertura de candidaturas ao QEC/”Portugal 2020”, uma vez que só com fundos comunitários teremos condições financeiras de executar obras de melhoria e alargamento da rede de saneamento básico.

Neste momento, estamos a elaborar uma candidatura para ampliação da rede de saneamento básico no concelho, no montante de 2 milhões de euros.

AMBIENTE E PATRIMÓNIO NATURAL

A preservação do ambiente tem sido uma preocupação constante do Executivo Municipal. Neste sentido, continuaremos a apoiar todas as iniciativas e atividades no âmbito da educação ambiental promovidas na Porta do PNPG do Campo do Gerês, pelas escolas do concelho ou de outros concelhos. Com o objetivo de educarmos as nossas crianças e jovens para os valores da cidadania, celebraremos o Dia Mundial do Ambiente e o Dia Mundial da Floresta, contando sempre com a colaboração do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro.

Promoveremos parcerias com outras entidades para as atividades de reflorestação das áreas ardidadas e limpeza de plantas invasoras no nosso concelho e participaremos em projetos como «Limpar Portugal».

Apostaremos na limpeza e higiene de espaços públicos, como parques de merendas e de lazer.

Continuaremos disponíveis para colaborar, como até aqui, com recursos financeiros, técnicos e humanos, nas tarefas de preservação do nosso património ambiental.

Procuraremos resolver graves problemas ambientais provocados pelo mau funcionamento das ETAR em alguns locais do concelho, sobretudo no Campo do Gerês, nos lugares de Admeus e de Pereiró, em Vilar da Veiga, e na sede do concelho.

PATRIMÓNIO EDIFICADO E IMATERIAL

Todos temos a obrigação de respeitar e preservar o património público edificado e imaterial do nosso concelho. A Câmara Municipal tem de ser o garante dessa preservação e, por isso, prestará o apoio técnico e financeiro nas seguintes ações:

- Conservação do património edificado concelhio, constituído pelas igrejas, capelas, espigueiros, cruzeiros, eiras, pontes, moinhos, lagares, etc.;

- Recuperação das escolas primárias para habitação, para sedes de Associações ou Instituições, para atividades das Juntas de Freguesia, para museus locais, para salas de atividades educativas, sociais e culturais, etc.;

- Preservação e divulgação do património cultural imaterial de Terras de Bouro. As nossas tradições, o folclore, os saberes populares, as línguas e dialetos, as lendas, os contos e as histórias, a religião e diversas manifestações culturais, transmitidas oralmente de geração em geração, devem ser preservadas e divulgadas em documentos (livros) que recolham esse património. É nosso propósito continuar a publicação de obras sobre o nosso concelho. Nos últimos cinco anos, publicámos várias obras sobre pessoas, histórias, poesias, lendas e contos, costumes, geografia, etc. de Terras de Bouro. Queremos e vamos continuar a enriquecer o nosso espólio cultural.

CULTURA, EDUCAÇÃO E RECREIO

No domínio da cultura, dinamizaremos atividades nos Museus de Vilarinho da Furna e da Geira, apoiaremos os grupos culturais, publicaremos obras literárias e de preservação da história e da cultura do nosso concelho.

Apresentaremos uma candidatura para a requalificação do Centro Cultural da sede do concelho, no âmbito do combate ao insucesso escolar, e instalaremos aí uma pequena biblioteca municipal e um espaço de estudo e cultura.

No domínio da educação, colaboraremos nas atividades educativas das nossas escolas e Agrupamento de Escolas; melhoraremos as condições físicas de ensino e de aprendizagem nas escolas através da execução de obras e de fornecimento de materiais;

organizaremos os transportes escolares e apoiaremos os alunos como já foi referenciado no capítulo “Ação Social Escolar”.

Estamos a elaborar um Plano Municipal de Prevenção do Insucesso e Abandono Escolar que será concretizado através de candidaturas aos fundos comunitários, já contratualizadas através da CIM do Cávado.

Através do Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade, a funcionar nas duas vilas do concelho e na freguesia de Covide, continuaremos a proporcionar atividades de apoio ao estudo a todos os alunos dos três ciclos do ensino básico. Continuaremos a dinamizar atividades no âmbito do ensino da música, nomeadamente o curso livre de guitarra e de concertina.

As inúmeras festas religiosas nas freguesias e as Festas Concelhias assumem um carácter iminentemente recreativo, embora sejam marcadas pela nossa cultura popular de minhotos: o folclore, o arraial profano e a religião sempre andaram de mãos dadas. No sentido de contribuirmos para a preservação das tradições culturais e religiosas, apoiaremos as comissões de festas de cada freguesia do concelho (uma festa por freguesia), através da atribuição de um apoio financeiro de 400,00 €.

As festas populares são também um excelente cartaz turístico, que trazem ao concelho milhares de visitantes, contribuindo para a dinamização da economia local. Podemos afirmar que as Festas Concelhias em honra de S. Brás são o maior acontecimento popular e recreativo do nosso concelho. Por isso, a Câmara Municipal assume a organização destas Festas e empenha-se no seu êxito. Desejamos que em 2016 a organização das Festas Concelhias tenha a participação de entidades privadas, como o comércio local.

Realizaremos o Encontro Concelhio de Cantares de Natal e Reis, o Dia Internacional dos Museus, o Encontro de Tocadores de Concertina e Cantares ao Desafio, o Encontro Nacional de Poetas no Gerês, as Comemorações do Dia do Município e a Feira de S. Martinho, eventos que marcam e divulgam as nossas tradições culturais.

DESPORTO E TEMPOS LIVRES

No sentido de fomentar a prática desportiva e a formação humana que essa prática encerra e transmite, concretizaremos as seguintes iniciativas e atividades:

- Apoio financeiro aos clubes do concelho que fomentam a prática desportiva regular e federada (G. D. Gerês, A. D. Terras de Bouro, G. D. Rio Caldo);
- Colaboraremos na organização ou apoiaremos vários eventos desportivos no concelho: Torneio Concelhio de Futsal, *Ultra Trail* Geira – Via Romana, Provas de BTT, Prova de TT “À Descoberta do Gerês por maus caminhos”, provas de ciclismo (Gerês *Granfondo Cycling Road*), provas de atletismo (Gerês *Trail Adventure*), etc.
- Apoiaremos o **Campeonato do Mundo de Trail** que se realizará no nosso concelho e na área do PNPG, nos dias 20 a 23 de outubro de 2016.
- Requalificação de espaços desportivos e estruturas de apoio;
- Continuação do programa infantojuvenil durante as férias escolares (ATL).

PROTEÇÃO CIVIL, SEGURANÇA E TRÂNSITO

A extensa e valiosa mancha florestal do nosso concelho exige de todos os cidadãos um comportamento ativo e uma atenção especial aos incêndios florestais. Ao longo dos últimos anos e no futuro, a autarquia manteve e manterá uma atitude de apoio e de colaboração com todas as entidades que operam no nosso território no domínio da preservação e do combate aos incêndios. É sempre com grande apreensão e angústia que vivemos cada época de verão!

Através do Gabinete de Proteção Civil do Município, continuaremos o acompanhamento de simulacros realizados por diversas entidades, o tratamento de dados relativos a incêndios e acidentes rodoviários ocorridos no Município de Terras de Bouro e a participação nas reuniões distritais da Proteção Civil e da Segurança Rodoviária.

Através dos dois placards eletrónicos colocados um na sede do concelho e outro em Rio Caldo, divulgaremos situações de risco e apelaremos ao comportamento cívico das pessoas, tendo em vista a proteção do nosso património natural e florestal.

O Município continuará a apoiar, através de um protocolo com a Associação Florestal do Cávado, o funcionamento de uma brigada de sapadores florestais que trabalha na prevenção de riscos de incêndio e na preservação da natureza.

Relacionado com a segurança e os direitos das pessoas, sobretudo no domínio da justiça, o Município possui um Julgado de Paz que tem resolvido inúmeras situações de conflito entre munícipes.

Relativamente ao ordenamento do trânsito, sobretudo do estacionamento, as medidas já tomadas nos anos anteriores, como a colocação de parómetros na sede do concelho e a criação de locais de estacionamento, têm dado bons resultados. São, pois, medidas que devem continuar ao longo de 2016.

SAÚDE E BEM-ESTAR

Neste domínio concretizaremos as seguintes medidas:

- Colaboração, através de meios humanos e viaturas, com o Centro de Saúde na prestação de cuidados médicos e de enfermagem ao domicílio, mantendo um ótimo espírito de cooperação com o Centro de Saúde do concelho;
- Asseguraremos o transporte gratuito às crianças acompanhadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) para consultas médicas em clínicas e hospitais;
- Asseguraremos o transporte gratuito a todas as pessoas para a realização de rastreios de saúde desenvolvidos no concelho;
- Colaboraremos nos projetos direcionados para as crianças e jovens, nomeadamente projetos de saúde e de educação;
- Prestaremos apoio psicossocial e de terapia da fala nas escolas, no Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade Local e nos Centros Sociais e de Solidariedade Social;
- Continuaremos a prestar apoio na área da enfermagem às IPSS do concelho, através do Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade;

- Apoiaremos, através do Banco Local de Ajudas Técnicas, pessoas dependentes com equipamentos e produtos de apoio (cadeiras de rodas, camas articuladas, andarilhos, etc.).

- Insistiremos junto da ARS Norte na necessidade de colocação de médicos no Centro de Saúde da sede do concelho e na extensão de Rio Caldo.

SERVIÇOS MUNICIPAIS

Para melhorar a eficácia dos serviços municipais, continuaremos o processo de modernização da gestão e administração municipal, através da simplificação dos procedimentos e do maior aproveitamento das novas tecnologias.

Procurando servir cada vez melhor os munícipes, reforçaremos a dinâmica do balcão único de atendimento e disponibilizaremos os seguintes serviços:

- **Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade Local**, a funcionar na antiga escola primária da sede do concelho e no Centro de Animação Turística do Gerês, com uma delegação em Covide, que presta apoio aos munícipes no âmbito da enfermagem, terapia da fala, psicologia, nutrição, apoio ao estudo e desenvolve atividades educativas (aprendizagem da língua inglesa, ensino da música) culturais, lúdicas e desportivas para todas as idades, prestando um apoio essencial aos alunos e às famílias durante os períodos das férias escolares (ATL);

- Gabinete de Gestão da Qualidade e Auditoria Interna dos Serviços Municipais, com Certificação de Qualidade concedida pela APCER;

- Gabinete de Apoio ao Agricultor (GAA): elaboração de candidaturas e prestação de outros serviços no âmbito da agricultura, pecuária e florestas;

- Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia;

- Gabinete de Apoio à Juventude e ao Associativismo;

- Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico: apoio a candidaturas a fundos comunitários, ao empreendedorismo, à fixação de empresas, ao desenvolvimento económico, etc.

- Gabinete Veterinário Municipal;

- Gabinete Técnico Florestal e Proteção Civil;

- Gabinete de Gestão de Fundos Comunitários: elaboração e acompanhamento do financiamento de candidaturas municipais no âmbito do QEC (“Portugal 2020” e “Norte 2020”) e apoio na elaboração de candidaturas de particulares aos fundos comunitários no âmbito do PDR, através da ATAHCA;

- Gabinete de Inserção Profissional e Apoio à Juventude: apoio no emprego e empregabilidade e na ação social; promoção de iniciativas que visem a integração de cidadãos na vida ativa, informação e formação profissional para desempregados; etc.

- Gabinete de Apoio ao Munícipe (GAM): elaboração de projetos para munícipes carenciados e para Instituições (Juntas de Freguesia, Associações, Centros Sociais ou de Solidariedade Social, etc.); projetos das casas mortuárias; projetos de casas particulares para pessoas carenciadas e jovens, etc.;

- Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE): presta apoio aos munícipes emigrados ou em vias de regressarem ao seu país, em áreas como a segurança social, a equivalência e/ou reconhecimento de habilitações académicas, assuntos de natureza jurídica, formação profissional e legalização de veículos, entre outros;

- Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ): presta informações e apoio aos munícipes em situações de interpretação das leis e situações administrativas, na apresentação de exposições, nos diferendos e conflitos provocados por obras particulares, etc.

- Gabinete de Serviços Municipais de Apoio ao Consumidor: disponibiliza apoio na mediação de conflitos de consumo através da conciliação e arbitragem, apoio ao sobre-endividamento e informa os consumidores e agentes económicos dos seus direitos e deveres sobre o mercado de produtos e serviços (protocolo com o CIAB: **Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo de Braga – Tribunal Arbitral de Consumo**).

Manteremos a descentralização dos serviços municipais através das delegações da Câmara Municipal em Rio Caldo, no Gerês e em Covide.

3. OBRAS E PROJETOS MUNICIPAIS

3.1. Contratualização com a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Cávado

A Comunidade Intermunicipal do Cávado apresentou uma candidatura do seu Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, onde evidenciou as estratégias e as prioridades de investimento para o território até 2020. Esse Pacto para o Desenvolvimento foi aprovado com uma dotação orçamental de 58.302.000,00 € como valor elegível, a que corresponde **um cofinanciamento pelo PO “Norte 2020” e pelos PO Nacionais de 49.557.000.00 €.**

Deste montante global de 49.557.000,00 € (Fundo da CIM), o **Município de Terras de Bouro** terá direito a um valor da bolsa de projetos no montante de **5.741.000,00 €.**

Importa referir que a CIM só pôde apresentar projetos e investimentos nas seguintes Prioridades de Investimento (PI):

- Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação (TIC), bem como a sua utilização e qualidade;
- Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura;
- Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores;
- Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos;
- Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos;
- Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral;
- Promover a inclusão social e combater a pobreza;
- Investir no ensino, nas competências e na formação.

Quadro resumo dos montantes da contratualização da CIM Cávado

| Amares | Barcelos | Braga | Esposende | Terras de Bouro | Vila Verde | CIM |
|-----------|------------|------------|-----------|-----------------|------------|-----------|
| 5.717.000 | 11.461.000 | 10.694.000 | 6.021.000 | 5.741.000 | 7.890.000 | 2.033.000 |

Quadro com os projetos de Terras de Bouro na contratualização da CIM Cávado

| Obra ou Projeto | Fundo Previsto | Investimento Total | Instrumento de financiamento |
|--|-----------------------|---------------------------|-------------------------------------|
| Acesso às TIC Modernização Administrativa | 231.000,00 € | 265.650,00 € | Norte 2020 POISE POSEUR |
| Eficiência energética nos edifícios e estruturas municipais | 2.021.000,00 € | 2.324.150,00 € | |
| Iluminação pública | 306.000,00 € | 351.900,00 € | |
| Apoio à criação de emprego, criação de empresas, empreendedorismo, apoio ao investimento | 953.000,00 € | 1.095.950,00 € | |
| Inclusão Social | 926.000,00 € | 1.064.900,00 € | |
| Acesso a serviços sociais | 76.000,00 € | 87.400,00 € | |
| Infraestruturas sociais | 265.000,00 € | 304.750,00 € | |
| Educação: prevenção do insucesso e abandono escolar | 297.000,00 € | 341.550,00 € | |
| Infraestruturas do pré-escolar e do ensino básico | 542.000,00 € | 623.300,00 € | |
| Regadios tradicionais | 124.000,00 € | 142.600,00 € | |
| Total | 5.741.000,00 € | 6.602.150,00 € | |

3.2. Projetos a candidatar pelo Município fora da CIM

Destacamos alguns projetos municipais que apresentaremos ao PO “Norte 2020” e aos PO Temáticos ou Nacionais (POSEUR, POISE, POCH) e a outros programas comunitários fora do âmbito da CIM Cávado.

Projetos a candidatar ao QEC 2014/2020 – “Portugal 2020” e “Norte 2020”

| Obra ou Projeto | Investimento previsto | Encargos para a CMTB | Instrumento de financiamento |
|--|------------------------------|-----------------------------|---|
| Parque da Vila de Terras de Bouro | 1.200.000,00 € | 15% | NORTE 2020 COMPETE 2020 POISE POCH POSEUR PDR 2020 POCTEP (INTERREG V-A Espanha-Portugal) |
| Ecovia Rio Caldo – Gerês: margens da albufeira da Caniçada | 1.700.000,00 € | 15% | |
| Ciclovia do Homem | 1.500.000,00 € | 15% | |
| Caminhos de S. Bento | 480.000,00 € | 15% | |
| Açude no Rio Homem | 350.000,00 € | 15% | |
| Praia Fluvial do Alqueirão | 350.000,00 € | 15% | |

| Obra ou Projeto | Investimento previsto | Encargos para a CMTB | Instrumento de financiamento |
|--|-----------------------|----------------------|--|
| Rede de Trilhos Pedestres | 200.000,00 € | 15% | NORTE 2020 COMPETE 2020 POISE POCH POSEUR PDR 2020 POCTEP (INTERREG V-A Espanha-Portugal) |
| Requalificação da <i>Geira</i> – Via Romana | 250.000,00 € | 15% | |
| Mobilidade – Variante de Covide (eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas regionais) | 680.000,00 € | 15% | |
| Mobilidade – Espaço de acolhimento de passageiros | 600.000,00 € | 15% | |
| Mobilidade – Segurança de peões | 400.000,00 € | 15% | |
| Reserva da Biosfera – ITI PNPG | 1.250.000,00 € | 15% | |
| A Raia Termal – POCTEP | 500.000,00 € | 25% | |
| Ciclo Urbano da Água | 2.025.000,00 € | 15% | |

Obras previstas para 2016 sem fundos comunitários

| Obra ou projeto | Investimento previsto | Localidade | Ponto de situação |
|---|-----------------------|---|---|
| Casas mortuárias | 170.000,00 € | Ribeira, Pereiró, Gerês, Campo do Gerês | Em execução ou em fase de preparação do projeto |
| Requalificação de vias municipais | 300.000,00 € | Várias freguesias | Projetos elaborados |
| Praias fluviais de Moimenta e Carvalheira | 60.000,00 € | Moimenta e Carvalheira | Em análise técnica |
| TOTAL | 530.000,00 € | ----- | |

4. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA

Continuaremos a celebrar contratos com as Juntas de Freguesia para a execução de obras por administração direta ou por transferência para a respetiva Junta. A resolução dos problemas de abastecimento de água, a pavimentação de diversas ruas e vias de acesso, a segurança rodoviária, a requalificação de espaços públicos, a construção ou requalificação de estruturas como casas mortuárias, sedes de Juntas, Centros Culturais e sanitários públicos, são as obras que merecerão o apoio da Câmara Municipal. Em suma, à semelhança dos anos anteriores, apoiaremos técnica e financeiramente as Juntas de Freguesia na realização de diversas obras.

Para além destes apoios, a Câmara Municipal apoiará a realização de investimentos nas freguesias transferindo, em duodécimos, para cada uma delas o montante previsto na tabela seguinte:

| Freguesia | Montante anual |
|------------------|----------------|
| Balança | 12.000,00 € |
| Campo do Gerês | 9.000,00 € |
| Carvalheira | 12.000,00 € |
| Chamoim e Vilar | 12.000,00 € |
| Chorense e Monte | 12.960,00 € |
| Cibões e Brufe | 12.000,00 € |
| Covide | 12.000,00 € |
| Gondoriz | 10.200,00 € |
| Moimenta | 15.000,00 € |
| Ribeira | 10.200,00 € |
| Rio Caldo | 16.800,00 € |
| Souto | 12.000,00 € |
| Valdosende | 15.000,00 € |
| Vilar da Veiga | 21.600,00 € |

5. POLÍTICA ORÇAMENTAL

A situação financeira do Município, pelas razões já apontadas, obriga-nos a uma política rigorosa na execução orçamental. Se o montante da receita diminui, somos obrigados a reduzir a despesa. Assim, propomo-nos:

- a) Executar as obras consideradas prioritárias;
- b) Iniciar os projetos considerados prioritários tendo em conta os objetivos estratégicos para o nosso concelho;
- c) Executar uma política rigorosa de apoios económicos (ver princípios orientadores a seguir apresentados);
- d) Executar uma política rigorosa de atribuição de subsídios (ver princípios orientadores a seguir apresentados);
- e) Não aumentar as despesas com o pessoal.

Princípios orientadores dos apoios económicos para o ano de 2016

Tendo em vista uma redução da despesa e uma política rigorosa e transparente na atribuição dos apoios económicos para o ano de 2016, traçamos os seguintes princípios:

a) A Câmara Municipal apoiará financeiramente:

- As pessoas e entidades abrangidas pelos regulamentos municipais ou normativos em vigor (ação social escolar; atividades de enriquecimento curricular; atividades de tempos livres; ensino especial; alunos carenciados do ensino superior; incentivo à natalidade; etc.)

- As pessoas e entidades que apresentem obras literárias ou de investigação de valor significativo para o concelho (por exemplo, a CM poderá apoiar a publicação de obras de investigação e de estudo que contribuam para o enriquecimento do espólio cultural, etnográfico, toponímico, autárquico, etc., do concelho).

Princípios orientadores da atribuição de subsídios no ano de 2016

Tendo em vista uma diminuição da despesa e uma política rigorosa na atribuição de subsídios para o ano de 2016, traçamos os seguintes princípios:

a) A Câmara Municipal subsidiará:

- Os Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro;
- As três delegações da Cruz Vermelha Portuguesa do concelho;
- As Instituições de Solidariedade Social do concelho;
- A Banda Musical de Carvalheira;
- Os Grupos, Clubes e Associações com modalidades desportivas federadas e que participem em campeonatos nacionais, regionais ou distritais;
- Todas as Associações, Grupos e Clubes do concelho, com objetivos culturais e desportivos, sem fins lucrativos (exceto as atividades recreativas);
- As comissões de festas de cada freguesia: uma festa por freguesia. A Câmara Municipal atribuirá um subsídio de 400,00 € através de transferência para as Juntas de Freguesia;
- As instituições não sedeadas no concelho, mas que promovam atividades ou iniciativas que o divulguem;
- Instituições de carácter humanitário não sedeadas no concelho.

b) A Câmara Municipal não subsidiará:

- Qualquer atividade ou iniciativa de pessoas a título individual;
- As atividades recreativas de qualquer instituição ou associação (festas, convívios, prendas, passeios, almoços e jantares, etc.);
- Qualquer atividade ou iniciativa das instituições e associações com fins lucrativos.

c) As situações omissas serão analisadas e avaliadas pelo Executivo e pela Assembleia Municipal.

6. EXECUÇÃO DOS PROJETOS

A Câmara Municipal seguirá, no âmbito da execução dos projetos constantes do presente Plano, as normas legais vigentes, valendo-se da Administração Direta, Ajuste Direto ou Concurso Público, previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as posteriores alterações e legislação complementar.

A Câmara Municipal poderá delegar nas Juntas de Freguesia a execução de alguns projetos ou trabalhos de menor dimensão, assegurando-lhes, nos termos do artigo 122.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o respetivo financiamento, **para o que se solicita a autorização da Assembleia Municipal**, nos termos da alínea k) do n.º 1, do mesmo artigo e diploma legal.

Estes projetos referir-se-ão a obras/intervenções de carácter urgente e/ou de menor dimensão, a estabelecer-se por contrato interadministrativo, nos termos do artigo 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para o que se propõe, como referência, **um limite de 60.000,00 Euros**, em termos de estimativa orçamental.

7. FINANCIAMENTOS

Tendo em consideração o Regime Financeiro das Autarquias Locais, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e a distribuição no financiamento assegurado ao Plano e despesas de funcionamento, foram tomadas como contrapartidas as seguintes receitas:

| | | |
|---|---------------------|----------------|
| 1. Receita própria do Município | 1 793 165,00 | 20,42% |
| 2. FEF (corrente e de capital), FSM e IRS | 5 568 789,00 | 63,40% |
| 3. Outras Transferências | 999 040,00 | 11,37% |
| 4. FEDER; PO-NORTE; FSE | 422 010,00 | 4,80% |
| 5. Empréstimos | 10,00 | 0,00% |
| 6. Reposições | 5,00 | 0,00% |
| TOTAL DA RECEITA | 8 783 019,00 | 100,00% |

As despesas com financiamento assegurado distribuem-se da seguinte forma:

| | | |
|-------------------------------------|---------------------|----------------|
| 1. Pessoal | 3 902 818,00 | 44,44% |
| 2. Encargos com Empréstimos | 371 105,00 | 4,23% |
| 3. Outras despesas de funcionamento | 2 912 264,00 | 33,16% |
| 4. Ativos Financeiros (FAM) | 63 036,00 | 0,72% |
| 5. Despesas de Plano | 1 533 796,00 | 17,46% |
| TOTAL DA DESPESA | 8 783 019,00 | 100,00% |

Receitas Próprias do Município

No cálculo das receitas correntes, as importâncias relativas aos impostos, taxas e preços, foram calculadas segundo a média aritmética simples dos últimos 24 meses, conforme previsto, na alínea a) do ponto 3.3. das considerações técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), com as alterações dadas pelos Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de setembro e Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro.

As receitas relativas a Vendas de bens de investimento foram calculadas em respeito pelo disposto no artigo 253.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2014, ou seja, segundo a média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses.

As restantes receitas correntes foram calculadas através do método da avaliação direta, partindo-se da verba prevista no orçamento para o ano anterior e das receitas efetivamente arrecadadas, tendo por certo que não se verificarão alterações significativas no seu comportamento.

Transferências do OGE (FEF/FSM/IRS):

As importâncias relativas a transferências do Orçamento Geral do Estado estão inscritas com valor aprovado para o ano de 2015, por não se encontrar publicado o Orçamento Geral do Estado para 2016, conforme estipulado na alínea c) do ponto 3.3. – Regras previsionais, do POICAL.

De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 31.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a DGAL, deveria indicar, até 31 de agosto de cada ano, os valores a transferir para cada município no ano seguinte, situação que não se verificou no presente ano.

Reposições não abatidas nos pagamentos:

Para fazer face a reposições não abatidas nos pagamentos durante o exercício de 2015 – 5,00 €.

Empréstimos

A verba mencionada nesta rubrica – € 10,00 – destina-se unicamente à abertura das rubricas em sede de Orçamento, daí o seu valor residual.

A previsão de encargos a satisfazer com os mesmos consta de anexo ao presente documento.

8. GESTÃO DE PESSOAL

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dispõe, no seu artigo 28.º, que o *empregador público deve planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atividades, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis* (n.º1). Este planeamento deve incluir *eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis, bem como o respetivo **mapa de pessoal*** (n.º 2).

O n.º 4 do artigo 29.º refere que o mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento.

Face às disposições legais referidas, propõe-se que **a Assembleia Municipal aprove o seguinte mapa de pessoal**, para o ano de 2016.

MAPA DE PESSOAL - 2016

Câmara Municipal

| Atribuições Competências Atividades | Cargo Carreira | Categoria | Postos de trabalho | | Áreas de formação | Obs. |
|---|----------------------------------|-----------------------------|---------------------|--------------|-------------------------|------|
| | | | Tempo Indeterminado | | | |
| | | | Ocupados | Não ocupados | | |
| (1) | Dirigente Intermédio de 2.º Grau | | 3 | | | |
| | Dirigente Intermédio de 3.º Grau | | 1 | | | |
| (2) | Técnico Superior | Técnico Superior | 31 | 8 | (a) | |
| (3) | Assistente Técnico | Coordenador Técnico | 14 | | | |
| (4) | Assistente Técnico | Assistente Técnico | 21 | 6 | | |
| (5) | Assistente Operacional | Encarregado Operacional | 5 | | | |
| (6) | Assistente Operacional | Assistente Operacional | 52 | | | |
| (7) | Auxiliar | Mestre de tráfego fluvial | 1 | | | |
| (8) | Fiscal Municipal | Fiscal Municipal | 3 | | | |
| (9) | Informática | Especialista de informática | 1 | | | |
| (10) | Informática | Técnico de Informática | 6 | | | |
| Total Câmara Municipal | | | 138 | 14 | | |

Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro

| Atribuições Competências Atividades | Cargo Carreira | Categoria | Postos de trabalho | | Áreas de formação | Obs. |
|---|------------------------|-------------------------|---------------------|--------------|-------------------------|------|
| | | | Tempo Indeterminado | | | |
| | | | Ocupados | Não ocupados | | |
| (2) | Técnico Superior | Técnico Superior | 3 | 1 | (a) | |
| (3) | Assistente Técnico | Coordenador Técnico | 1 | | | |
| (4) | Assistente Técnico | Assistente Técnico | 8 | 1 | | |
| (5) | Assistente Operacional | Encarregado Operacional | 2 | | | |
| (6) | Assistente Operacional | Assistente Operacional | 41 | 2 | | |
| Total Agrupamento de Escolas | | | 55 | 4 | | |

Notas:

(a) Curso de nível superior nas seguintes áreas: Filosofia; Medicina Veterinária; Biologia e Geologia; Biologia Aplicada; Administração Pública; Gestão e Informática; Filosofia e Desenvolvimento da Empresa; Engenharia Ambiental; Engenharia Agronómica; Direito; Turismo; Relações Públicas; Higiene e Segurança no Trabalho; Serviço Social; Sociologia; Informática de Gestão; Contabilidade; Administração e Finanças; Engenharia Civil; Arquitetura; Topografia; Engenharia do Ambiente; Saúde Ambiental; Engenharia Agropecuária; Relações Internacionais; Educação; Arqueologia; Engenharia Florestal; Ciências de Informação e Documentação; Desporto; Solicitadoria; Design Gráfico; Estudos Portugueses e Espanhóis; Psicologia; Informática; Inglês; Música; Atividade Física e Desportiva; Atividades Lúdico Expressivas.

Atribuições/Competências/Atividades:

(1) – Submeter a despacho do presidente da câmara, devidamente instruídos e informados, os assuntos que dependam da sua resolução; Receber e fazer distribuir pelos serviços da unidade orgânica a correspondência a eles referente; Propor ao presidente da câmara municipal tudo o que seja do interesse daquele; Colaborar na elaboração dos instrumentos de gestão previsional e dos relatórios e contas; Estudar os problemas de que sejam encarregados pelo presidente dos órgãos executivos e propor as soluções adequadas; Promover a execução das decisões do presidente e das deliberações dos órgãos executivos nas matérias que interessam à respetiva unidade orgânica que dirige; Definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirigem, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos; Orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar; Garantir a coordenação das atividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência; Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos; Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na sua unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários; Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os funcionários e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respetivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar; Divulgar junto dos funcionários os documentos internos e as normas de procedimento a adotar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as ações a desenvolver para o cumprimento dos objetivos do serviço, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte dos funcionários; Proceder de forma objetiva à avaliação do mérito dos funcionários, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objetivos e no espírito de equipa; Identificar as necessidades de formação específica dos funcionários da sua unidade orgânica e propor a frequência das ações de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação; Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do

período normal de trabalho por parte dos funcionários da sua unidade orgânica; Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respetiva unidade orgânica, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados.

(2) – Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.

(3) – Funções de chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável. Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena, segundo orientações e diretivas superiores. Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade. Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.

(4) – Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços.

(5) – Funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu sector de atividade, por cujos resultados é responsável. Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação.

(6) – Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.

(7) - Responde pela embarcação de tráfego local onde presta serviço. Executa o expediente relacionado com o funcionamento da embarcação, nomeadamente elaborando requisições de materiais sobresselentes e registando em boletins e mapas elementos de execução dos serviços.

(8) – Fiscaliza e faz cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a áreas de ocupação da via pública, publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Presta informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais nas áreas da sua atuação específica.

(9) – Assegurar a gestão e manutenção do parque informático do Município; a gestão de atualizações de hardware e software; a gestão de projetos de TI; a administração de Sistemas do Município, englobando tarefas de análise, estudo, definição de políticas, planeamento, aquisições, implementação, configuração, manutenção e gestão; a administração de infraestruturas de telecomunicações (central telefónica, terminais e infraestrutura); a administração do sistema de Storage Area Network; a administração da plataforma de virtualização VMWARE (gestão e monitorização de máquinas virtuais, e recursos físicos dos nós de virtualização); a gestão dos sistemas de luta contra incêndios, alimentação elétrica socorrida, monitorização ambiental, ar-condicionado e controlo de acessos do datacenter interno; a gestão do sistema de backups de suporte aos sistemas e dados alojados no datacenter interno (backup para tape e para sistema de discos D2D); a coordenação, administração e gestão do sistema de correio eletrónico; a

definição e implementação de mecanismos de monitorização, segurança e alarmística do sistema informático; a administração e gestão do sistema de diretório e autenticação de utilizadores do Município; no suporte à gestão do sistema de ERP (APTRA), do sistema de gestão documental (ANO), e da gestão do sistema de informação geográfica utilizado no Município; a administração e gestão da plataforma de alojamento do Web site institucional do Município; administração dos sistemas de auditoria e segurança Informática; administração e gestão de sistemas de segurança informática (antivírus, atualizações de segurança das APP e máquinas - vulnerabilidades, políticas de passwords, acessos à Internet, ligações, autenticações, integridade física e lógica dos equipamentos e sistemas, definição de metodologias pró-ativas, firewalls, IPS (sistema de prevenção de intrusões), etc.); aconselhamento, apoio e suporte técnico ao responsável pelos serviços de TI; planeamento de necessidades e aquisição de hardware, software e equipamento de rede, serviços e contratos (garantia e manutenção/ suporte); administração e gestão de redes (gestão de IP's e ativos de rede: routers, switchs, concentrador de VPN, concentrador wireless, etc.); administração e gestão de sistemas de gestão de conteúdos e filtros; administração e gestão de políticas e sistemas de largura de banda (acesso à Internet); apoio na identificação de requisitos técnicos e funcionais de sistemas de informação.

(10) – Instalar componentes de hardware e software, designadamente, de sistemas servidores, dispositivos de comunicações, estações de trabalho, periféricos e suporte lógico utilitário, assegurando a respetiva manutenção e atualização; Gerar e documentar as configurações e organizar e manter atualizado o arquivo dos manuais de instalação, operação e utilização dos sistemas e suportes lógicos de base; Planificar a exploração, parametrizar e acionar o funcionamento, controlo e operação dos sistemas, computações, periféricos e dispositivos de comunicações instalados, atribuir, otimizar e desafetar os recursos, identificar as anomalias e desencadear as ações de regularização requeridas; Zelar pelo cumprimento das normas de segurança física e lógica e pela manutenção do equipamento e dos suportes de informação e desencadear e controlar os procedimentos regulares de salvaguarda da informação, nomeadamente cópias de segurança, de proteção da integridade e de recuperação da informação; Apoiar os utilizadores finais na operação dos equipamentos e no diagnóstico e resolução dos respetivos problemas. Projetar, desenvolver, instalar e modificar programas e aplicações informáticas, em conformidade com as exigências dos sistemas de informação definidos, com recurso aos suportes lógicos, ferramentas e linguagens apropriadas; Instalar, configurar e assegurar a integração e teste de componentes, programas e produtos aplicativos disponíveis no mercado; Elaborar procedimentos e programas específicos para a correta utilização dos sistemas operativos e adaptação de suportes lógicos de base, por forma a otimizar o desempenho e facilitar a operação dos equipamentos e das aplicações; Desenvolver e efetuar testes unitários e de integração dos programas e das aplicações, de forma a garantir o seu correto funcionamento e realizar a respetiva documentação e manutenção; Colaborar na formação e prestar apoio aos utilizadores na programação e execução de procedimentos pontuais de interrogação de ficheiros e bases de dados, na organização e manutenção de pastas de arquivo e na operação dos produtos e aplicações de microinformática disponíveis.

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 30 de outubro de 2015

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, ____ de _____ de 2015

9. NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Normas de Execução do Orçamento para 2016

Capítulo I

Âmbito e princípios genéricos

Artigo 1.º

Definição e objeto

O presente regulamento estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município no ano de 2016, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.

Artigo 2.º

Utilização das dotações orçamentais

1. Durante o ano de 2016, a utilização das dotações orçamentais deverá observar critérios de rigorosa contenção.

Artigo 3.º

Execução orçamental

1. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo estes princípios a assunção de encargos geradores de despesa deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.

2. Os serviços municipais tomarão as medidas necessárias à otimização e rigorosa utilização dos recursos afetos às respetivas áreas de atividade face às medidas de contenção de despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, bem como as diligências para o efetivo registo dos compromissos a assumir em obediência à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).

3. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- a) registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos no ano de 2015 que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
- b) registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em 2015 sem fatura associada;
- c) registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados para 2016.

Artigo 4.º

Modificações ao Orçamento e às GOPs

A Câmara Municipal, baseada em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor

satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito do disposto no número 8.3.1 do POCAL.

Artigo 5.º

Registo contabilístico

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita. São ainda responsáveis pela entrega atempada, junto da unidade orgânica responsável pela área das finanças, dos documentos justificativos da realização da despesa.
2. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas pelos fornecedores diretamente para a unidade orgânica responsável pela área das finanças. As faturas indevidamente recebidas nos outros serviços municipais terão de ser reencaminhadas para a unidade orgânica responsável pela área das finanças, no prazo máximo de 2 dias úteis.
3. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, do mesmo tipo ou natureza, cujo valor, isoladamente ou conjuntamente, não exceda o montante de € 5.000 por mês, devem ser enviados à unidade orgânica responsável pela área das finanças em 24 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso até às 48 horas posteriores à realização da despesa.
4. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de excecional interesse público ou a preservação da vida humana, devem ser enviados à unidade orgânica responsável pela área das finanças em 5 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa.
5. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, são os constantes da Norma de Controlo Interno.

Artigo 6.º

Gestão dos bens móveis e imóveis da Autarquia

1. A Gestão do Património Municipal executar-se-á nos termos do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património da Autarquia.
2. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do Órgão Executivo, através de requisições externas ou documento equivalente, designadamente contratos, emitidos ou celebrados pelos responsáveis com competência para autorizar despesa, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

Artigo 7.º

Gestão de stocks

1. Cada serviço responsável pelo armazenamento de bens deve acautelar as quantidades mínimas necessárias.
2. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
3. A regra será a de aquisição de bens por fornecimento contínuo, sem armazenagem, ou com um período de armazenagem mínimo.
4. Todos os bens saídos de armazém, afetos a obras por administração direta, deverão ser objeto de registo no módulo de Aprovisionamento do “Cidadela”, associados aos respetivos centros de custo.
5. Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito da Gestão de Stocks, constam do Regulamento de Controlo Interno.

Artigo 8.º

Contabilidade analítica

A execução orçamental do ano de 2016 deverá estar refletida por centros de responsabilidade de forma a:

- a) permitir o apuramento de custos diretos e indiretos da mesma;
- b) analisar a execução orçamental na ótica económica e com isso determinar o custos subjacentes à fixação de taxas, tarifas e preços de bens e serviços.

Artigo 9.º

Candidaturas a fundos comunitários e outras participações

O Gabinete de Gestão de Fundos Comunitários é o serviço municipal responsável pela apresentação atempada de todas as candidaturas a programas de apoio ao desenvolvimento de atividades relevantes, nomeadamente as que se reportam aos fundos comunitários.

Capítulo II

Receita orçamental

Secção I

Princípios

Artigo 10.º

Princípios gerais para a arrecadação de receitas

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no Orçamento.
2. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
3. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos e outros diplomas legais em vigor.
4. Deverão ainda ser cobradas outras receitas próprias da Autarquia relativamente a bens e serviços prestados, sempre que se torne pertinente, mediante informação justificada e proposta de valor a apresentar pela respetiva unidade orgânica ao Executivo Municipal.

Secção II

Entrega das receitas cobradas

Artigo 11.º

Cobranças pelos serviços municipais

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações. Quando se trate dos serviços externos, a entrega far-se-á no dia útil imediato ao da cobrança, mediante guias de recebimento previamente assinadas pelo responsável do serviço que cobrar as receitas.
2. Quando se trate de cobranças feitas por entidade diversa do tesoureiro (posto de cobrança externo), a receita deverá ainda ser depositada diariamente pelos serviços na agência bancária mais próxima do local de cobrança, sendo o número de conta indicado pela Tesouraria.

3. A entrega de receita na Tesouraria deverá ser acompanhada da fatura resumo à qual terão de ser anexados, para conferência, os talões ou recibos que lhe deram origem bem como os comprovativos do depósito.

Artigo 12.º

Valores recebidos pelo correio

O serviço que rececione um valor por correio, cheque ou vale postal, deve proceder à sua entrega, no próprio dia, na Tesouraria.

Artigo 13.º

Valores recebidos através dos terminais de pagamento automático

1. Os terminais de pagamento automático existentes nos serviços municipais são encerrados diariamente, permitindo a transmissão da informação e crédito na conta da autarquia.
2. A Tesouraria relaciona as faturas-recibo com os fechos diários dos respetivos TPA's, validando a entrada de valores nas instituições de crédito respetivas.

Artigo 14.º

Valores creditados em conta bancária

1. Qualquer montante creditado em contas bancárias do Município de Terras de Bouro, com a exceção das contas próprias de cauções, que não tenha sido possível reconhecer até ao final do ano económico, é liquidado e cobrado como receita municipal, mediante autorização do Presidente da Câmara Municipal.
2. A dívida de clientes correspondente à receita cobrada nos termos do número anterior é regularizada, desde que os munícipes/utentes apresentem os respetivos comprovativos de depósito bancário.

Artigo 15.º

Restituição de importâncias recebidas

A restituição de importâncias recebidas compete ao Presidente da Câmara Municipal, mediante proposta prévia dos Serviços Municipais, que deverão obrigatoriamente fundamentar as razões que a justificam.

Artigo 16.º

Cauções

1. As importâncias a depositar no cofre municipal, a título de caução ou garantia de qualquer responsabilidade ou obrigações, dão entrada diariamente na Tesouraria, até à hora e pela forma estabelecida para as receitas do Município.
2. Os serviços que rececionem cauções sob qualquer forma, nomeadamente no que respeita a empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e serviços, processos de licenciamento e processos de execução fiscal entre outros, deverão remeter o original, de imediato, à unidade orgânica responsável pela área das finanças que procederá ao seu registo.
3. Cabe ao Serviço de Contabilidade registar contabilisticamente a receção, o reforço e a diminuição, assim como a devolução das cauções.
4. As garantias referidas ficarão à guarda da Tesouraria.
5. Para efeitos de libertação de cauções os serviços responsáveis devem enviar à unidade orgânica responsável pela área das finanças informação, nos termos do contrato e da legislação

em vigor, onde constem as condições para libertar as cauções existentes com a identificação da referência de cada uma e dos processos que as originaram.

Capítulo III

Despesa orçamental

Secção I

Princípios e regras

Artigo 17.º

Princípios gerais para a realização da despesa

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e ainda as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho.
2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
 - b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda;
3. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.
4. O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, em regra, pelo menos três meses antes da data prevista de pagamento para os compromissos conhecidos nessa data, sendo que as despesas permanentes, como salários, comunicações, água, eletricidade, rendas, contratos de fornecimento anuais ou plurianuais, devem ser registados mensalmente para um período deslizante de três meses. De igual forma se deve proceder para os contratos de quantidades.
5. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso dos investimentos, se estiverem inscritas no Orçamento e no PPI, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.
6. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.
7. Tendo em vista o pagamento dos encargos assumidos por conta do orçamento do ano em prazo exequível, fica a unidade orgânica responsável pela área das finanças autorizada a definir uma data limite para apresentação das requisições externas para aquisição de bens e serviços e para a receção das faturas no Serviço de Contabilidade.
8. Cada serviço que tenha a seu cargo a execução de obras deverá ter uma conta-corrente da obra, para que, em qualquer momento, se possa conhecer o seu custo.

Artigo 18.º

Tramitação dos processos de despesa

1. Em 2016 os serviços responsáveis devem utilizar o GSE para elaboração de informações relativas a aquisições de bens, serviços, empreitadas ou concessões quer tenham contrato de fornecimento contínuo ou não.
2. O número anterior é aplicável a todas as aquisições mesmo que o procedimento a adotar seja o ajuste direto simplificado.
3. Em cada requisição apresentada no GSE deve estar justificada a necessidade de realização da despesa.
4. Cumprida à Secção de Aprovisionamento realizar e coordenar toda a tramitação administrativa dos processos aquisitivos, em articulação com os serviços.
5. Para efeitos do referido no número anterior cada Unidade Orgânica, ou equiparada, responsabilizar-se-á pela definição exata das características técnicas específicas, nomeadamente, dos bens, serviços, ou empreitadas a adquirir, as quais constarão do caderno de encargos a elaborar pela Secção de Aprovisionamento.
6. Por forma a garantir a disponibilização dos contratos nas datas pretendidas, cada unidade orgânica deve apresentar o respetivo pedido de compra com a antecedência mínima de:
 - a) 30 dias para aquisições de valor superior a 5.000€;
 - b) 60 dias para valores a partir de 75.000€;
 - c) 120 dias para valores a partir de 150.000€.
7. O Júri dos procedimentos deve integrar pelo menos um elemento da Secção de Aprovisionamento.
8. Para efeitos de aplicação do n.º 5 do artigo 113º do CCP (Código do Contratos Públicos), todos os serviços municipais devem comunicar à Secção de Aprovisionamento, no momento da ocorrência, a identificação de todas as entidades (designação e número de identificação fiscal) que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestado serviços ao município, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores, exceto se o tiverem feito ao abrigo do Estatuto do Mecenato.

Artigo 19.º

Gestão de contratos

1. Compete a cada um dos serviços requisitantes a gestão dos contratos em vigor.
2. Para cumprimento do disposto no número anterior, cada unidade orgânica deve:
 - a) nomear os gestores de contrato que serão responsáveis pela monitorização da execução dos contratos;
 - b) responder no prazo máximo de 10 dias aos inquéritos de qualidade do serviço enviados pelo Gabinete de Gestão da Qualidade.
3. As questões relacionadas com a execução dos contratos, como as eventuais modificações, incumprimentos contratuais, apuramento de responsabilidades ou aplicação de penalidades, entre outras, devem ser remetidas ao Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso para assegurar a competente análise e tramitação adequada.

Artigo 20.º

Conferência e registo da despesa

1. A conferência e registo, inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.
2. A conferência e registo referidos no número anterior serão efetuados, consoante a especificidade e a fase de realização da despesa, pela Secção de Contabilidade e pela Secção de Remunerações e Cadastro, nos termos referidos a seguir:
 - 2.1. As funções de registo das operações de cabimento e compromisso, tratamento de faturas e liquidação de despesas são asseguradas pela Secção de Contabilidade.
 - 2.2. A Secção de Remunerações e Cadastro assegura a informação necessária ao processamento das Despesas com o Pessoal nos termos do artigo seguinte.

Artigo 21.º

Processamento de remunerações

1. As despesas relativas a remunerações do pessoal serão processadas pela Secção de Contabilidade com informação disponibilizada pela Secção de Remunerações e Cadastro, de acordo com as normas e instruções em vigor.
2. Deverão acompanhar as folhas de remunerações, a remeter à Secção de Contabilidade, as guias de entrega de parte dos vencimentos ou abonos penhorados, as relações dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações e os documentos relativos a pensões de alimentos, ou outros, descontados nas mesmas folhas.
3. As respetivas folhas de remuneração devem dar entrada na Secção de Contabilidade até 3 dias úteis antes da data prevista para o pagamento de cada mês.
4. Quando se promover a admissão ou mudança de situação de trabalhadores depois de elaborada a correspondente folha, os abonos serão regularizados no processamento do mês seguinte.

Artigo 22.º

Fundos de manei

1. Em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada pelo Presidente da Câmara Municipal, a constituição de fundos de manei, por conta da respetiva dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.
2. O montante máximo de fundo de manei a atribuir será de 1.000 €, salvo situações devidamente fundamentadas pelos Serviços e autorizadas pelo Presidente da Câmara.
3. Os pagamentos efetuados pelo fundo de manei são objeto de compromisso pelo seu valor integral aquando da sua constituição e reconstituição, a qual deverá ter carácter mensal e registo da despesa em rubrica de classificação económica adequada.
4. A competência para o pagamento de despesas por conta do Fundo de Maneio é do responsável pelo mesmo que poderá depositá-lo em conta bancária própria.
5. O Fundo de Maneio será saldado até ao penúltimo dia útil do mês de dezembro de 2016, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.
6. Os titulares dos fundos respondem pessoalmente pelo incumprimento das regras aplicáveis à utilização dos mesmos.

7. Tratando-se de despesas com alimentação, devem os titulares do fundo de maneo identificar, no documento, os participantes que sendo colaboradores deverão conter o respetivo nº mecanográfico, bem como o fim visado e o interesse público subjacente à sua realização que justifique a despesa a título de representação dos serviços.

8. Os demais procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, constam do Regulamento de Fundo de Maneio.

Secção II

Autorização da despesa

Artigo 23.º

Competências

1. Nos termos do disposto no artigo 29.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, a câmara municipal delega no presidente as competências para autorização de realização de despesas até ao limite de 748.196, 84 €.

2. Os limites de competência fixados no n.º 1 para autorização de realização de despesas mantêm-se para as despesas provenientes de alterações, revisões de preços e contratos adicionais às empreitadas e à aquisição de bens e serviços, desde que o respetivo custo total não exceda 10% do limite de competência inicial.

3. Quando for excedido o limite percentual referido no número anterior, a competência para a autorização do acréscimo da despesa cabe à entidade a quem competir a autorização do montante total da despesa, incluindo os acréscimos.

4. Competirá ao Presidente da Câmara Municipal, autorizar o pagamento de indemnizações resultantes de responsabilidades extracontratuais, após validação das mesmas pela seguradora adjudicatária destes seguros até ao limite do valor da sua competência, conforme referido no ponto 1 deste artigo.

Artigo 24.º

Apoios a entidades terceiras

Os apoios a entidades que prosseguem fins não lucrativos e de utilidade pública que se traduzam na redução ou isenção do preço de prestações de serviços e/ou redução de taxas municipais, carecem de proposta fundamentada do respetivo Pelouro e de informação financeira prévia da UAGF, que a submeterá a decisão da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Artigo 25.º

Apoio às Freguesias

1. A prestação de serviços e/ou a cedência de bens móveis, solicitadas pelas Freguesias do Concelho de Terras de Bouro, para apoio a atividades de interesse municipal, nomeadamente, de natureza social, cultural, desportiva ou recreativa, consubstanciam-se num apoio traduzido a custo zero para a Freguesia requerente.

2. Este apoio carece de pedido fundamentado da Freguesia e de informação prévia da unidade orgânica responsável pela área das finanças, que submeterá à decisão do Presidente da Câmara.

Artigo 26.º

Assunção de compromissos plurianuais

1. Para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que

respeitem as regras e procedimentos previstos na LCPA, no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e demais normas de execução de despesa, e que resultem de projetos ou atividades constantes das Grandes Opções do Plano.

2. Ficam igualmente autorizadas as despesas plurianuais decorrentes de contratos que não constem do número anterior e que em cada um dos 3 anos seguintes não ultrapassem 75.000 €.

Artigo 27.º

Autorizações assumidas

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:

- a) Vencimentos e salários;
- b) Subsídio familiar – crianças e jovens;
- c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
- d) Encargos de empréstimos;
- e) Rendas;
- f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
- g) Água, energia elétrica, gás;
- h) Comunicações de voz, dados e postais;
- i) Prémios de seguros;
- j) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.

2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.

Secção III

Procedimentos e regras especiais para a realização da despesa

Artigo 28.º

Equipamento e soluções informáticas

1. As necessidades de *hardware* e *software* devem ser encaminhadas para o Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação (GTIC), a quem cabe avaliar as solicitações apresentadas e propor a solução mais adequada.

2. Quaisquer necessidades de soluções informáticas deverão ser endereçadas ao GTIC, de forma clara e fundamentada. O GTIC avaliará a oportunidade dos pedidos sob o ponto de vista técnico-financeiro.

Artigo 29.º

Vertente seguradora

1. Cabe à Secção de Aprovisionamento desenvolver todos os procedimentos relativos à contratação de seguros do Município.

2. Os serviços municipais devem encaminhar àquela divisão as necessidades de cobertura de risco com antecedência mínima de 30 dias em relação à data de início de vigência da apólice pretendida, sem prejuízo dos prazos referidos no n.º 6.º do artigo 18.º.

3. Os elementos relativos à participação de sinistros devem ser comunicados no prazo de dois dias úteis à seguradora a indicar pela Secção de Aprovisionamento.

Artigo 30.º

Reposições ao Município

1. As reposições ao Município de dinheiros indevidamente pagos devem obedecer aos seguintes procedimentos:

a) Por meio de guia ou por desconto em folhas de abonos;

b) Devem realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da receção da respetiva comunicação.

2. A reposição em prestações mensais pode ser autorizada pelo Presidente da Câmara, em casos especiais, cujo número de prestações será fixado para cada caso, mas sem que o prazo de reembolso ou reposição possa exceder o ano económico seguinte àquele em que o despacho for proferido.

3. Em casos especiais poderá o Presidente da Câmara autorizar que o número de prestações exceda o prazo referido no número anterior, não podendo, porém, cada prestação mensal ser inferior a 5% da totalidade da quantia a repor desde que não exceda 30% do vencimento base, caso em que pode ser inferior ao limite de 5%.

Artigo 31.º

Operações de tesouraria

Os processos de Operações de Tesouraria serão organizados pelos seguintes serviços:

| Processo | Serviço |
|------------------------------------|-----------------------------------|
| Descontos em remunerações e abonos | Secção de Remunerações e Cadastro |
| Depósitos e retenções para cauções | Secção de Contabilidade |

Secção IV

Celebração e formalização de contratos e protocolos

Artigo 32.º

Responsabilidade pela elaboração e celebração de contratos

1. Compete à Secção de Aprovisionamento a elaboração de todos os contratos administrativos referentes a procedimentos aquisitivos.

2. Os restantes termos contratuais abrangidos, nomeadamente pelos artigos 4.º e 5.º do CCP, contratos excluídos e contratação excluída, são da responsabilidade do Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso incluindo tudo o que respeita à formação dos mesmos.

3. O outorgante em representação do município é o Presidente da Câmara, sem prejuízo de eventual delegação de competências.

4. Compete à unidade orgânica responsável pela área das finanças a remessa ao Tribunal de Contas para efeitos de fiscalização prévia, dos contratos celebrados pelo Município, nos termos do art. 46.º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, com as respetivas alterações.

Artigo 33.º

Protocolos

1. Os Protocolos que configurem responsabilidades financeiras para a Autarquia, deverão obter o prévio parecer da unidade orgânica responsável pela área das finanças para efeitos de reconhecimento da respetiva despesa e/ou receita.
2. Competirá à Secção de Contabilidade proceder aos registos contabilísticos adequados à execução dos Protocolos referidos no ponto anterior.

Artigo 34.º

Contratos de tarefa e avença

1. A celebração de contratos de prestação de serviços nas modalidades de contratos de tarefa e de avença apenas pode ter lugar desde que preenchidos os requisitos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e demais legislação complementar.
2. Relativamente à celebração dos contratos de tarefa e avença, a verificação do disposto no artigo 32.º da LGTFP e demais requisitos previstos na Lei que aprova o Orçamento de Estado, é da responsabilidade da Câmara Municipal.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, são inscritos na classificação económica 010107 todos os contratos de tarefa e avença celebrados em nome individual. Os restantes contratos que, em nome individual, têm caráter esporádico, não têm qualquer expectativa de continuidade nem de repetição, são inscritos no agrupamento 02.
4. Os contratos de tarefa e de avença celebrados com violação dos requisitos previstos no artigo 35.º da LGTFP são nulos, fazendo incorrer o seu responsável em responsabilidade civil, financeira e disciplinar.

Capítulo IV

Disposições finais

Artigo 35.º

Delegações de competências nas Freguesias

No ano de 2016 a Câmara Municipal é autorizada a delegar nas Juntas de Freguesia do concelho de Terras de Bouro competências em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos e em cumprimento do disposto nos artigos 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por via da celebração de contratos interadministrativos com as juntas de freguesia interessadas.

Artigo 42.º

Consulta de processos

1. O Gabinete de Gestão da Qualidade e de Auditoria Interna poderá consultar nas Unidades Orgânicas e serviços equiparados, para exame e verificação, toda a documentação relacionada com a arrecadação da receita e a realização da despesa.
2. O Gabinete de Gestão de Fundos Comunitários poderá adotar idêntico procedimento no âmbito exclusivo das suas atribuições.

Artigo 43.º

Empréstimos a curto prazo

Para satisfação de necessidades transitórias de tesouraria fica o executivo autorizado a contrair empréstimos a curto prazo, até ao final do exercício económico e até ao montante de 500.000 €, nos termos do artigo 50.º, da Lei n.º 73/2013, 3 de setembro.

Artigo 45.º

Dúvidas sobre a execução do Orçamento

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação ou interpretação das Normas de Execução do Orçamento serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara.

Terras de Bouro, 30 de outubro de 2015

O Presidente da Câmara,



10. MAPAS

10.1 RESUMO DO ORÇAMENTO

| RECEITAS | Valor | % Parcelar | % Total | DESPESAS | Valor | % Parcelar | % Total |
|---|---------------------|---------------|---------------|--------------------------------------|---------------------|---------------|---------------|
| RECEITAS CORRENTES | | | | DESPESAS CORRENTES | | | |
| 01 IMPOSTOS DIRECTOS | 726 025,00 | 9,31 | 8,27 | 01 DESPESAS COM O PESSOAL | 3 902 818,00 | 56,57 | 44,44 |
| 02 IMPOSTOS INDIRECTOS | 54 015,00 | 0,69 | 0,61 | 02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | 2 406 300,00 | 34,88 | 27,40 |
| 03 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GER | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 03 JUROS E OUTROS ENCARGOS | 21 005,00 | 0,30 | 0,24 |
| 04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 117 025,00 | 1,50 | 1,33 | 04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 416 900,00 | 6,04 | 4,75 |
| 05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE | 432 010,00 | 5,54 | 4,92 | 05 SUBSÍDIOS | 81 100,00 | 1,18 | 0,92 |
| 06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 6 026 916,00 | 77,31 | 68,62 | 06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 71 000,00 | 1,03 | 0,81 |
| 07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 440 050,00 | 5,64 | 5,01 | | | | |
| 08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 25,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| Total das Receitas Correntes | 7 796 066,00 | 100,00 | 88,76 | Total das Despesas Correntes | 6 899 123,00 | 100,00 | 78,55 |
| RECEITAS CAPITAL | | | | DESPESAS CAPITAL | | | |
| 09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO | 24 010,00 | 2,43 | 0,27 | 07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL | 1 105 000,00 | 58,66 | 12,58 |
| 10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 962 923,00 | 97,57 | 10,96 | 08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 365 760,00 | 19,42 | 4,16 |
| 11 ACTIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 09 ACTIVOS FINANCEIROS | 63 036,00 | 3,35 | 0,72 |
| 12 PASSIVOS FINANCEIROS | 10,00 | 0,00 | 0,00 | 10 PASSIVOS FINANCEIROS | 350 100,00 | 18,58 | 3,99 |
| 13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 5,00 | 0,00 | 0,00 | 11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total das Receitas de Capital | 986 948,00 | 100,00 | 11,24 | | | | |
| RECEITAS OUTRAS | | | | | | | |
| 15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 5,00 | 100,00 | 0,00 | | | | |
| Total das Outras Receitas | 5,00 | 100,00 | 0,00 | Total das Despesas de Capital | 1 883 896,00 | 100,00 | 21,45 |
| TOTAL RECEITAS | 8 783 019,00 | | 100,00 | TOTAL DESPESAS | 8 783 019,00 | | 100,00 |

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 30 de outubro de 2015

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, ____ de _____ de 2015

10.2 ORÇAMENTO DA RECEITA

| Económica | Descrição | Montante Previsto |
|----------------|--|-------------------|
| 01 | IMPOSTOS DIRETOS | 726 025,00 |
| 01 02 | OUTROS | 726 025,00 |
| 01 02 02 | IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS | 484 000,00 |
| 01 02 03 | IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO | 142 000,00 |
| 01 02 04 | IMPOSTO MUNICIPAL S/ AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE I | 100 000,00 |
| 01 02 05 | DERRAMA | 5,00 |
| 01 02 07 | IMPOSTOS ABOLIDOS | 15,00 |
| 01 02 07 01 | CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA | 5,00 |
| 01 02 07 02 | IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA | 5,00 |
| 01 02 07 03 | IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE VEÍCULOS | 5,00 |
| 01 02 99 | IMPOSTOS DIRECTOS DIVERSOS | 5,00 |
| 02 | IMPOSTOS INDIRETOS | 54 015,00 |
| 02 02 | OUTROS | 54 015,00 |
| 02 02 06 | IMPOSTOS INDIRETOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOC | 54 015,00 |
| 02 02 06 01 | Mercados e Feiras | 7 000,00 |
| 02 02 06 02 | Loteamento e Obras | 4 000,00 |
| 02 02 06 03 | Ocupação de Via Pública | 5,00 |
| 02 02 06 05 | Publicidade | 5,00 |
| 02 02 06 06 | Saneamento | 11 000,00 |
| 02 02 06 99 | Outros | 32 005,00 |
| 02 02 06 99 01 | Taxa Municipal de Direitos de Passagem | 2 000,00 |
| 02 02 06 99 02 | Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação | 5,00 |
| 02 02 06 99 99 | OUTROS | 30 000,00 |
| 04 | TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 117 025,00 |
| 04 01 | TAXAS | 109 010,00 |
| 04 01 23 | TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 109 010,00 |
| 04 01 23 01 | Mercados e Feiras | 1 000,00 |
| 04 01 23 02 | Loteamento e Obras | 28 000,00 |
| 04 01 23 03 | Ocupação de Via Pública | 2 000,00 |
| 04 01 23 05 | Caça, uso e porte arma | 1 000,00 |
| 04 01 23 06 | Saneamento | 24 000,00 |
| 04 01 23 99 | Outros | 53 010,00 |
| 04 01 23 99 01 | Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação | 5,00 |
| 04 01 23 99 02 | Taxa pela emissão do certificado de registo | 1 000,00 |
| 04 01 23 99 03 | Taxa de Gestão de Resíduos | 5,00 |
| 04 01 23 99 99 | Outras | 52 000,00 |
| 04 02 | MULTAS E OUTRAS PENALIDADES: | 8 015,00 |
| 04 02 01 | JUROS DE MORA | 5,00 |
| 04 02 03 | MULTAS E COIMAS POR INFRACÇÕES AO CÓDIGO DA ESTRAD | 5,00 |
| 04 02 04 | COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES | 5,00 |
| 04 02 99 | MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS | 8 000,00 |
| 05 | RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE | 432 010,00 |
| 05 02 | JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS | 1 000,00 |
| 05 02 01 | BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | 1 000,00 |
| 05 07 | DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADE | 5,00 |
| 05 07 03 | Empresa privados | 5,00 |
| 05 10 | RENDAS | 431 005,00 |
| 05 10 01 | TERRENOS | 5,00 |
| 05 10 05 | BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO | 414 000,00 |
| 05 10 99 | OUTROS | 17 000,00 |
| 06 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 6 026 916,00 |
| 06 03 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 6 026 906,00 |
| 06 03 01 | ESTADO | 5 972 896,00 |
| 06 03 01 01 | Fundo de Equilíbrio Financeiro | 4 751 086,00 |

| Económica | Descrição | Montante Previsto |
|----------------|--|---------------------|
| 06 03 01 02 | Fundo Social Municipal | 169 383,00 |
| 06 03 01 03 | Participação variável no IRS | 120 422,00 |
| 06 03 01 99 | Outros | 932 005,00 |
| 06 03 01 99 01 | DGAL | 5,00 |
| 06 03 01 99 02 | DREN | 861 000,00 |
| 06 03 01 99 99 | OUTROS | 71 000,00 |
| 06 03 06 | ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO- | 27 005,00 |
| 06 03 06 01 | FUNDO SOCIAL EUROPEU | 27 000,00 |
| 06 03 06 02 | FEDER/INTERREG | 5,00 |
| 06 03 07 | SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 27 000,00 |
| 06 03 09 | SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - SUBSISTEMA DE PROTEC | 5,00 |
| 06 05 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 5,00 |
| 06 05 01 | CONTINENTE | 5,00 |
| 06 08 | FAMÍLIAS | 5,00 |
| 06 08 01 | FAMÍLIAS | 5,00 |
| 07 | VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 440 050,00 |
| 07 01 | VENDA DE BENS | 99 020,00 |
| 07 01 01 | MATERIAL DE ESCRITÓRIO | 5,00 |
| 07 01 03 | PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS | 5,00 |
| 07 01 10 | DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS | 10,00 |
| 07 01 10 01 | SUCATA | 5,00 |
| 07 01 10 99 | OUTROS | 5,00 |
| 07 01 11 | PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS | 93 000,00 |
| 07 01 11 03 | ÁGUA | 87 000,00 |
| 07 01 11 04 | ELECTRICIDADE | 6 000,00 |
| 07 01 99 | OUTROS | 6 000,00 |
| 07 02 | SERVIÇOS | 258 030,00 |
| 07 02 01 | ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS | 4 000,00 |
| 07 02 08 | SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS | 131 000,00 |
| 07 02 08 02 | SERVIÇOS RECREATIVOS | 131 000,00 |
| 07 02 08 02 99 | OUTROS | 131 000,00 |
| 07 02 09 | SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS | 11 030,00 |
| 07 02 09 01 | Saneamento | 5,00 |
| 07 02 09 02 | Resíduos Sólidos | 5,00 |
| 07 02 09 03 | Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias | 15,00 |
| 07 02 09 03 02 | Transportes Escolares | 5,00 |
| 07 02 09 03 03 | Transporte de pessoas e mercadorias | 5,00 |
| 07 02 09 03 99 | OUTROS | 5,00 |
| 07 02 09 04 | Trabalhos por Conta de Particulares | 9 000,00 |
| 07 02 09 05 | Cemitérios | 2 000,00 |
| 07 02 09 06 | Mercados e Feiras | 5,00 |
| 07 02 99 | OUTROS | 112 000,00 |
| 07 03 | RENDAS | 83 000,00 |
| 07 03 01 | HABITAÇÕES | 6 000,00 |
| 07 03 02 | EDIFÍCIOS | 77 000,00 |
| 08 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 25,00 |
| 08 01 | OUTRAS | 25,00 |
| 08 01 99 | OUTRAS | 25,00 |
| 08 01 99 01 | Indemnizações por deterioração, roubo e extravio | 5,00 |
| 08 01 99 02 | Indemnizações de estragos provocados por outrem | 5,00 |
| 08 01 99 03 | IVA Reembolsado | 5,00 |
| 08 01 99 04 | IVA INVERSÃO DA LIQUIDAÇÃO | 5,00 |
| 08 01 99 99 | Diversas | 5,00 |
| | TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES | 7 796 066,00 |
| 09 | VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO | 24 010,00 |
| 09 01 | TERRENOS | 11 000,00 |
| 09 01 06 | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE | 11 000,00 |
| 09 02 | HABITAÇÕES | 5,00 |

| Económica | Descrição | Montante Previsto |
|----------------|--|---------------------|
| 09 02 06 | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE | 5,00 |
| 09 03 | EDIFÍCIOS | 5,00 |
| 09 03 06 | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE | 5,00 |
| 09 04 | OUTROS BENS DE INVESTIMENTO | 13 000,00 |
| 09 04 06 | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE | 13 000,00 |
| 09 04 06 01 | Equipamento de Transporte | 2 000,00 |
| 09 04 06 02 | Maquinaria e Equipamento | 4 000,00 |
| 09 04 06 03 | OUTROS | 7 000,00 |
| 10 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 962 923,00 |
| 10 03 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 962 918,00 |
| 10 03 01 | ESTADO | 567 903,00 |
| 10 03 01 01 | Fundo Equilíbrio Financeiro | 527 898,00 |
| 10 03 01 04 | Cooperação Técnica e Financeira | 5,00 |
| 10 03 01 99 | Outros | 40 000,00 |
| 10 03 01 99 01 | DREN | 40 000,00 |
| 10 03 07 | ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO- | 395 005,00 |
| 10 03 07 01 | FEDER/INTERREG | 395 000,00 |
| 10 03 07 02 | FEOGA | 5,00 |
| 10 03 08 | SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 10,00 |
| 10 03 08 01 | IFT - PITER | 5,00 |
| 10 03 08 02 | INH | 5,00 |
| 10 05 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 5,00 |
| 10 05 01 | CONTINENTE | 5,00 |
| 12 | PASSIVOS FINANCEIROS | 10,00 |
| 12 05 | EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO | 5,00 |
| 12 05 02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 5,00 |
| 12 06 | EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS | 5,00 |
| 12 06 02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 5,00 |
| 13 | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 5,00 |
| 13 01 | OUTRAS | 5,00 |
| 13 01 01 | INDEMNIZAÇÕES | 5,00 |
| | TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL | 986 948,00 |
| 15 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 5,00 |
| 15 01 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 5,00 |
| 15 01 01 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 5,00 |
| | TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS | 5,00 |
| Total | | 8 783 019,00 |

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 30 de outubro de 2015

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, ____ de _____ de 2015

10.3 ORÇAMENTO DA DESPESA

| Orgânica | Económica | Descrição | Extra Plano | Plano | Montante Previsto |
|----------|----------------------|---|--------------|--------------|-------------------|
| 01 | Assembleia Municipal | | 29.000,00 | | 29.000,00 |
| | 01 | DESPESAS COM O PESSOAL | 26.500,00 | | 26.500,00 |
| | 01 02 | ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS | 26.500,00 | | 26.500,00 |
| | 01 02 04 | AJUDAS DE CUSTO | 6.500,00 | | 6.500,00 |
| | 01 02 13 | OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS | 20.000,00 | | 20.000,00 |
| | 01 02 13 02 | OUTROS | 20.000,00 | | 20.000,00 |
| | 02 | AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | 2.500,00 | | 2.500,00 |
| | 02 01 | AQUISIÇÃO DE BENS | 2.500,00 | | 2.500,00 |
| | 02 01 08 | MATERIAL DE ESCRITÓRIO | 2.500,00 | | 2.500,00 |
| | | TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES | 29.000,00 | | 29.000,00 |
| 02 | Câmara Municipal | | 6.967.523,00 | 1.786.496,00 | 8.754.019,00 |
| | 01 | DESPESAS COM O PESSOAL | 3.876.318,00 | | 3.876.318,00 |
| | 01 01 | REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES | 2.933.318,00 | | 2.933.318,00 |
| | 01 01 01 | TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃO | 124.318,00 | | 124.318,00 |
| | 01 01 04 | PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL | 2.117.000,00 | | 2.117.000,00 |
| | 01 01 04 01 | PESSOAL EM FUNÇÕES | 2.114.000,00 | | 2.114.000,00 |
| | 01 01 04 02 | ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERA | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 01 04 03 | ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERA | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 01 04 04 | RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABA | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 01 05 | PESSOAL PARA ALÉM DOS QUADROS | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 01 06 | PESSOAL CONTRATADO A TERMO | 2.000,00 | | 2.000,00 |
| | 01 01 06 01 | PESSOAL EM FUNÇÕES | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 01 06 04 | RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABA | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 01 07 | PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 01 08 | PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO | 4.000,00 | | 4.000,00 |
| | 01 01 09 | PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO | 32.000,00 | | 32.000,00 |
| | 01 01 11 | REPRESENTAÇÃO | 27.000,00 | | 27.000,00 |
| | 01 01 11 01 | Membros dos Órgãos Autárquicos | 27.000,00 | | 27.000,00 |
| | 01 01 12 | SUPLEMENTOS E PRÉMIOS | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 01 13 | SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO | 233.000,00 | | 233.000,00 |
| | 01 01 13 01 | PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL | 193.000,00 | | 193.000,00 |
| | 01 01 13 01 01 | PESSOAL EM FUNÇÕES | 192.000,00 | | 192.000,00 |
| | 01 01 13 01 02 | PESSOAL/NOVOS POSTOS DE TRABALHO | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 01 13 02 | PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO | 39.000,00 | | 39.000,00 |
| | 01 01 13 03 | MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 01 14 | SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL | 384.000,00 | | 384.000,00 |
| | 01 01 14 01 | PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL | 383.000,00 | | 383.000,00 |
| | 01 01 14 01 01 | PESSOAL EM FUNÇÕES | 382.000,00 | | 382.000,00 |
| | 01 01 14 01 02 | PESSOAL/NOVOS POSTOS DE TRABALHO | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 01 14 02 | PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 01 15 | REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDAD | 7.000,00 | | 7.000,00 |

| Orgânica | Económica | Descrição | Extra Plano | Plano | Montante Previsto |
|----------|----------------|--|--------------|------------|-------------------|
| | 01 02 | ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS | 96.000,00 | | 96.000,00 |
| | 01 02 01 | GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 02 02 | HORAS EXTRAORDINÁRIAS | 51.000,00 | | 51.000,00 |
| | 01 02 03 | ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 02 04 | AJUDAS DE CUSTO | 3.000,00 | | 3.000,00 |
| | 01 02 05 | ABONO PARA FALHAS | 14.000,00 | | 14.000,00 |
| | 01 02 07 | COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 02 08 | SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAM | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 02 12 | INDMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 02 13 | OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS | 23.000,00 | | 23.000,00 |
| | 01 02 13 02 | OUTROS | 23.000,00 | | 23.000,00 |
| | 01 03 | SEGURANÇA SOCIAL | 847.000,00 | | 847.000,00 |
| | 01 03 01 | ENCARGOS COM A SAÚDE | 127.000,00 | | 127.000,00 |
| | 01 03 03 | SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS | 22.000,00 | | 22.000,00 |
| | 01 03 04 | OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES | 5.000,00 | | 5.000,00 |
| | 01 03 05 | CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL | 668.000,00 | | 668.000,00 |
| | 01 03 05 01 | ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (A | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 03 05 02 | SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO | 666.000,00 | | 666.000,00 |
| | 01 03 05 02 01 | CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES | 488.000,00 | | 488.000,00 |
| | 01 03 05 02 02 | SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL | 178.000,00 | | 178.000,00 |
| | 01 03 05 03 | OUTROS | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 03 06 | ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 03 09 | SEGUROS | 22.000,00 | | 22.000,00 |
| | 01 03 09 01 | SEGUROS - SEG AC. TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS | 21.000,00 | | 21.000,00 |
| | 01 03 09 02 | SEGUROS - SEGUROS DE SAÚDE | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 03 10 | OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL | 2.000,00 | | 2.000,00 |
| | 01 03 10 01 | EVENTUALIDADE MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 01 03 10 99 | OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 02 | AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | 2.287.000,00 | 116.800,00 | 2.403.800,00 |
| | 02 01 | AQUISIÇÃO DE BENS | 482.000,00 | 6.300,00 | 488.300,00 |
| | 02 01 01 | MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 02 01 02 | COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES | 209.000,00 | | 209.000,00 |
| | 02 01 02 01 | GASOLINA | 16.000,00 | | 16.000,00 |
| | 02 01 02 02 | GASÓLEO | 124.000,00 | | 124.000,00 |
| | 02 01 02 99 | OUTROS | 69.000,00 | | 69.000,00 |
| | 02 01 03 | MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 02 01 04 | LIMPEZA E HIGIENE | 14.000,00 | | 14.000,00 |
| | 02 01 05 | ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS | 100.000,00 | | 100.000,00 |
| | 02 01 06 | ALIMENTAÇÃO- GÉNEROS PARA CONFECCIONAR | 3.000,00 | | 3.000,00 |
| | 02 01 07 | VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS | 5.000,00 | | 5.000,00 |
| | 02 01 08 | MATERIAL DE ESCRITÓRIO | 21.000,00 | | 21.000,00 |
| | 02 01 15 | PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS | 20.000,00 | 6.300,00 | 26.300,00 |
| | 02 01 16 | MERCADORIAS PARA VENDA | 12.000,00 | | 12.000,00 |

| Orgânica | Económica | Descrição | Extra Plano | Plano | Montante Previsto |
|----------|-------------|--|--------------|------------|-------------------|
| | 02 01 16 03 | Outros | 12.000,00 | | 12.000,00 |
| | 02 01 17 | FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS | 7.000,00 | | 7.000,00 |
| | 02 01 18 | LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 02 01 19 | ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 02 01 20 | MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 02 01 21 | OUTROS BENS | 86.000,00 | | 86.000,00 |
| | 02 02 | AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS | 1.805.000,00 | 110.500,00 | 1.915.500,00 |
| | 02 02 01 | ENCARGOS DE INSTALAÇÕES | 179.000,00 | | 179.000,00 |
| | 02 02 03 | CONSERVAÇÃO DE BENS | 70.000,00 | | 70.000,00 |
| | 02 02 04 | LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS | 6.000,00 | | 6.000,00 |
| | 02 02 05 | LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 02 02 06 | LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE | 26.000,00 | | 26.000,00 |
| | 02 02 08 | LOCAÇÃO DE OUTROS BENS | 76.000,00 | 25.000,00 | 101.000,00 |
| | 02 02 09 | COMUNICAÇÕES | 61.000,00 | | 61.000,00 |
| | 02 02 10 | TRANSPORTES | 300.000,00 | | 300.000,00 |
| | 02 02 11 | REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 02 02 12 | SEGUROS | 57.000,00 | | 57.000,00 |
| | 02 02 13 | DESLOCAÇÕES E ESTADAS | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 02 02 14 | ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA | 13.000,00 | | 13.000,00 |
| | 02 02 15 | FORMAÇÃO | 36.000,00 | | 36.000,00 |
| | 02 02 16 | SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 02 02 17 | PUBLICIDADE | 79.000,00 | | 79.000,00 |
| | 02 02 18 | VIGILÂNCIA E SEGURANÇA | 2.000,00 | | 2.000,00 |
| | 02 02 19 | ASSISTÊNCIA TÉCNICA | 9.000,00 | | 9.000,00 |
| | 02 02 20 | OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS | 417.000,00 | 85.500,00 | 502.500,00 |
| | 02 02 24 | ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS | 24.000,00 | | 24.000,00 |
| | 02 02 25 | OUTROS SERVIÇOS | 446.000,00 | | 446.000,00 |
| | 02 02 25 01 | ÁGUA E ENERGIA ELÉCTRICA P/ DISTRIBUIÇÃO | 335.000,00 | | 335.000,00 |
| | 02 02 25 02 | OUTROS | 111.000,00 | | 111.000,00 |
| | 03 | JUROS E OUTROS ENCARGOS | 21.005,00 | | 21.005,00 |
| | 03 01 | JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA | 20.005,00 | | 20.005,00 |
| | 03 01 03 | SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ | 20.005,00 | | 20.005,00 |
| | 03 01 03 01 | SOC.FINANCEIRAS - BANCOS E O. INST. FIN. - A CURTO | 5,00 | | 5,00 |
| | 03 01 03 02 | SOC.FINANCEIRAS - BANCOS E O. INST. FIN. - A MÉDIO | 20.000,00 | | 20.000,00 |
| | 03 02 | OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 03 02 01 | DESPESAS DIVERSAS | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 04 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 281.000,00 | 135.900,00 | 416.900,00 |
| | 04 03 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 04 03 05 | SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 04 05 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 212.000,00 | | 212.000,00 |
| | 04 05 01 | CONTINENTE | 212.000,00 | | 212.000,00 |
| | 04 05 01 02 | FREGUESIAS | 200.000,00 | | 200.000,00 |
| | 04 05 01 08 | OUTROS | 12.000,00 | | 12.000,00 |
| | 04 07 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 10.000,00 | 135.900,00 | 145.900,00 |
| | 04 07 01 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 10.000,00 | 135.900,00 | 145.900,00 |
| | 04 08 | FAMÍLIAS | 58.000,00 | | 58.000,00 |

| Orgânica | Económica | Descrição | Extra Plano | Plano | Montante Previsto |
|----------|-------------|---|--------------|--------------|-------------------|
| | 04 08 02 | OUTRAS | 58.000,00 | | 58.000,00 |
| | 04 08 02 01 | FAMÍLIAS | 58.000,00 | | 58.000,00 |
| | 05 | SUBSÍDIOS | 81.100,00 | | 81.100,00 |
| | 05 01 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS | 100,00 | | 100,00 |
| | 05 01 01 | PÚBLICAS | 100,00 | | 100,00 |
| | 05 01 01 02 | Outras | 100,00 | | 100,00 |
| | 05 08 | FAMÍLIAS | 81.000,00 | | 81.000,00 |
| | 05 08 03 | OUTRAS | 81.000,00 | | 81.000,00 |
| | 06 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 71.000,00 | | 71.000,00 |
| | 06 02 | DIVERSAS | 71.000,00 | | 71.000,00 |
| | 06 02 03 | OUTRAS | 71.000,00 | | 71.000,00 |
| | 06 02 03 01 | Restituições | 40.000,00 | | 40.000,00 |
| | 06 02 03 02 | IVA | 15.000,00 | | 15.000,00 |
| | 06 02 03 04 | Serviços Bancários | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| | 06 02 03 05 | OUTRAS | 15.000,00 | | 15.000,00 |
| | | TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES | 6.617.423,00 | 252.700,00 | 6.870.123,00 |
| | 07 | AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL | | 1.105.000,00 | 1.105.000,00 |
| | 07 01 | INVESTIMENTOS | | 287.500,00 | 287.500,00 |
| | 07 01 01 | TERRENOS | | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | 07 01 02 | HABITAÇÕES | | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | 07 01 02 03 | REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO | | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | 07 01 03 | EDIFÍCIOS | | 27.500,00 | 27.500,00 |
| | 07 01 03 01 | INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS | | 20.000,00 | 20.000,00 |
| | 07 01 03 02 | INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS | | 2.500,00 | 2.500,00 |
| | 07 01 03 07 | OUTROS | | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | 07 01 04 | CONSTRUÇÕES DIVERSAS | | 15.000,00 | 15.000,00 |
| | 07 01 04 06 | INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS | | 15.000,00 | 15.000,00 |
| | 07 01 06 | MATERIAL DE TRANSPORTES | | 145.000,00 | 145.000,00 |
| | 07 01 06 02 | OUTRO | | 145.000,00 | 145.000,00 |
| | 07 01 07 | EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA | | 10.000,00 | 10.000,00 |
| | 07 01 08 | SOFTWARE INFORMÁTICO | | 25.000,00 | 25.000,00 |
| | 07 01 09 | EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO | | 25.000,00 | 25.000,00 |
| | 07 01 10 | EQUIPAMENTO BÁSICO | | 30.000,00 | 30.000,00 |
| | 07 01 10 01 | EQUIPAMENTO DE RECOLHA DE RESÍDUOS | | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | 07 01 10 02 | OUTROS | | 25.000,00 | 25.000,00 |
| | 07 03 | BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO | | 817.500,00 | 817.500,00 |
| | 07 03 01 | TERRENOS E RECURSOS NATURAIS | | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | 07 03 02 | EDIFÍCIOS | | 57.500,00 | 57.500,00 |
| | 07 03 02 02 | INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS | | 2.500,00 | 2.500,00 |
| | 07 03 02 04 | CRECHES | | 10.000,00 | 10.000,00 |
| | 07 03 02 05 | ESCOLAS | | 45.000,00 | 45.000,00 |
| | 07 03 03 | OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS | | 745.000,00 | 745.000,00 |
| | 07 03 03 01 | VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES | | 70.000,00 | 70.000,00 |
| | 07 03 03 02 | SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS | | 100.000,00 | 100.000,00 |
| | 07 03 03 04 | ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | 151.000,00 | 151.000,00 |
| | 07 03 03 05 | PARQUES E JARDINS | | 10.000,00 | 10.000,00 |

| Orgânica | Económica | Descrição | Extra Plano | Plano | Montante Previsto |
|----------|-------------|---|--------------|--------------|-------------------|
| | 07 03 03 06 | INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS | | 15.000,00 | 15.000,00 |
| | 07 03 03 07 | CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA | | 105.000,00 | 105.000,00 |
| | 07 03 03 08 | VIAÇÃO RURAL | | 284.000,00 | 284.000,00 |
| | 07 03 03 09 | SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO | | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | 07 03 03 12 | CEMITÉRIOS | | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | 07 03 05 | BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL | | 10.000,00 | 10.000,00 |
| | 08 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | | 365.760,00 | 365.760,00 |
| | 08 05 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | | 234.760,00 | 234.760,00 |
| | 08 05 01 | CONTINENTE | | 234.760,00 | 234.760,00 |
| | 08 05 01 02 | FREGUESIAS | | 234.760,00 | 234.760,00 |
| | 08 07 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | | 126.000,00 | 126.000,00 |
| | 08 07 01 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS- | | 126.000,00 | 126.000,00 |
| | 08 08 | FAMÍLIAS | | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | 08 08 02 | OUTRAS | | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | 09 | ACTIVOS FINANCEIROS | | 63.036,00 | 63.036,00 |
| | 09 08 | UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO | | 63.036,00 | 63.036,00 |
| | 09 08 02 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚBL | | 63.036,00 | 63.036,00 |
| | 10 | PASSIVOS FINANCEIROS | 350.100,00 | | 350.100,00 |
| | 10 05 | EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO | 100,00 | | 100,00 |
| | 10 05 03 | SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ | 100,00 | | 100,00 |
| | 10 06 | EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS | 350.000,00 | | 350.000,00 |
| | 10 06 03 | SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ | 350.000,00 | | 350.000,00 |
| | | TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL | 350.100,00 | 1.533.796,00 | 1.883.896,00 |
| Total | | | 6.996.523,00 | 1.786.496,00 | 8.783.019,00 |

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 30 de outubro de 2015

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, ____ de _____ de 2015

10.4 ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

| Objetivo | Código da classificação económica | | N.º do projeto / ação | Designação do programa e projeto / ação | FR | Fonte de Financiamento | | | Resp. | Datas | | F. E. | Realizado | 2016 | | | Anos Seguintes | | | | Total Previsto |
|----------|--|----------|-----------------------|--|----|------------------------|-----|----|-------|------------|------------|-------|-----------|------------|---------------|-------------------|----------------|------|------|--------|----------------|
| | | | | | | AC | AA | FC | | Início | Fim | | | Total | Fin. Definido | Fin. Não Definido | 2017 | 2018 | 2019 | Outros | |
| 1.2.1 | Proteção civil e luta contra incêndios | | | | | | | | | | | | | 54 000,00 | 54 000,00 | | | | | | 54 000,00 |
| | 02 | 08 07 01 | 11A004 | A.H. BOMBEIROS V. T. BOURO / INVEST. NO SETOR | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2011 | 31-12-2017 | 0 | | 36 000,00 | 36 000,00 | | | | | | 36 000,00 |
| | 02 | 08 07 01 | 11A005 | NÚCLEOS CVP TERRAS DE BOURO / INVEST. SETOR | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2011 | 31-12-2017 | 0 | | 18 000,00 | 18 000,00 | | | | | | 18 000,00 |
| 2.3.2 | Ação social | | | | | | | | | | | | | 25 000,00 | 25 000,00 | | | | | | 25 000,00 |
| | 02 | 08 07 01 | 11A001 | APOIO A CONSTRUÇÃO DE CENTROS SOCIAIS | O | 0 | 100 | 0 | UOM | 01-01-2011 | 31-12-2017 | 0 | | 20 000,00 | 20 000,00 | | | | | | 20 000,00 |
| | 02 | 08 08 02 | 11A002 | MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2011 | 31-12-2017 | 0 | | 5 000,00 | 5 000,00 | | | | | | 5 000,00 |
| 2.4.2 | Ordenamento do território | | | | | | | | | | | | | 30 000,00 | 30 000,00 | | | | | | 30 000,00 |
| | 02 | 08 07 01 | 11A003 | REQUALIFICAÇÃO DE CEMITERIOS E CASAS MORTUARIAS | O | 0 | 100 | 0 | USUA | 01-01-2011 | 31-12-2017 | 0 | | 30 000,00 | 30 000,00 | | | | | | 30 000,00 |
| 2.5.1 | Cultura | | | | | | | | | | | | | 31 000,00 | 31 000,00 | | | | | | 31 000,00 |
| | 02 | 04 07 01 | 16A001 | PROMOÇÃO DO ENSINO DA MÚSICA - BANDA MUSICAL DE CAARVALHEIRA | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 30 000,00 | 30 000,00 | | | | | | 30 000,00 |
| | 02 | 08 07 01 | 16A002 | APOIO À REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEIS DAS COLETIVIDADES | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 1 000,00 | 1 000,00 | | | | | | 1 000,00 |
| 2.5.2 | Desporto, recreio e lazer | | | | | | | | | | | | | 201 000,00 | 201 000,00 | | | | | | 201 000,00 |
| | 02 | 02 02 20 | 16A003 | PENEDA-GERÉS TRAIL ADVENTURE/CAMPEONATO DO MUNDO DO MUNDO | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2016 | 31-12-2016 | 0 | | 15 000,00 | 15 000,00 | | | | | | 15 000,00 |
| | 02 | 02 02 20 | 16A004 | GERÉS GRANFONDO CYCLING ROAD | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2016 | 31-12-2016 | 0 | | 8 000,00 | 8 000,00 | | | | | | 8 000,00 |
| | 02 | 02 02 20 | 16A005 | GERÉS MARATHON - WORLD'S TOUGHEST ROAD MARATHON | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2016 | 31-12-2016 | 0 | | 8 000,00 | 8 000,00 | | | | | | 8 000,00 |
| | 02 | 04 07 01 | 16A006 | APOIO ÀS COLETIVIDADES DESPORTIVAS | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 97 000,00 | 97 000,00 | | | | | | 97 000,00 |
| | 02 | 08 07 01 | 16A007 | APOIO À REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEIS DAS COLETIVIDADES | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 20 000,00 | 20 000,00 | | | | | | 20 000,00 |
| | 02 | 02 01 15 | 16A008 | FESTAS CONCELHIAS 2016 | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2016 | 31-12-2016 | 0 | | 3 500,00 | 3 500,00 | | | | | | 3 500,00 |
| | 02 | 02 02 20 | 16A008 | | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2016 | 31-12-2016 | 0 | | 29 500,00 | 29 500,00 | | | | | | 29 500,00 |
| | 02 | 02 02 20 | 16A009 | ANIMAÇÃO DE VERÃO - VIVERGERÉS'16 | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2016 | 31-12-2016 | 0 | | 20 000,00 | 20 000,00 | | | | | | 20 000,00 |
| 2.5.3 | Outras atividades cívicas e religiosas | | | | | | | | | | | | | 1 000,00 | 1 000,00 | | | | | | 1 000,00 |
| | 02 | 08 07 01 | 13A001 | PATRIMÓNIO CULTURAL | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2013 | 31-12-2017 | 0 | | 1 000,00 | 1 000,00 | | | | | | 1 000,00 |

| Objetivo | Código da classificação económica | | N.º do projeto / ação | Designação do programa e projeto / ação | FR | Fonte de Financiamento | | | Resp. | Datas | | F. E. | Realizado | 2016 | | | Anos Seguintes | | | | Total Previsto |
|----------|---|-------------|-----------------------|--|----|------------------------|-----|----|-------|------------|------------|-------|-----------|------------|---------------|-------------------|----------------|----------|----------|-----------|----------------|
| | | | | | | AC | AA | FC | | Início | Fim | | | Total | Fin. Definido | Fin. Não Definido | 2017 | 2018 | 2019 | Outros | |
| 3.1.0 | Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | | | | | | | | | | | | | 32 800,00 | 32 800,00 | | | | | | 32 800,00 |
| | 02 | 02 01 15 | 16A010 | XVIFEIRA MOSTRA DE S. MARTINHO NAS TERRAS DO GERÊS | O | 0 | 15 | 85 | OA | 01-01-2016 | 31-12-2016 | 0 | | 1 400,00 | 1 400,00 | | | | | | 1 400,00 |
| | 02 | 02 02 08 | 16A010 | | O | 0 | 15 | 85 | OA | 01-01-2016 | 31-12-2016 | 0 | | 20 000,00 | 20 000,00 | | | | | | 20 000,00 |
| | 02 | 02 02 20 | 16A010 | | O | 0 | 15 | 85 | OA | 01-01-2016 | 31-12-2016 | 0 | | 3 000,00 | 3 000,00 | | | | | | 3 000,00 |
| | 02 | 02 01 15 | 16A011 | III FEIRA DO CABRITO BIOLÓGICO DA SERRA DO GERÊS | O | 0 | 15 | 85 | OA | 01-01-2016 | 31-12-2016 | 0 | | 1 400,00 | 1 400,00 | | | | | | 1 400,00 |
| | 02 | 02 02 08 | 16A011 | | O | 0 | 15 | 85 | OA | 01-01-2016 | 31-12-2016 | 0 | | 5 000,00 | 5 000,00 | | | | | | 5 000,00 |
| | 02 | 02 02 20 | 16A011 | | O | 0 | 15 | 85 | OA | 01-01-2016 | 31-12-2016 | 0 | | 2 000,00 | 2 000,00 | | | | | | 2 000,00 |
| 4.2.0 | Transferências entre administrações | | | | | | | | | | | | | 243 660,00 | 243 660,00 | | 8 900,00 | 8 900,00 | 8 900,00 | 26 700,00 | 297 060,00 |
| | 02 | 08 05 01 02 | 15P003 | APOIO AO INVESTIMENTO NAS FREGUESIAS | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2015 | 31-12-2016 | 0 | | 52 000,00 | 52 000,00 | | | | | | 52 000,00 |
| | 02 | 08 05 01 02 | 16A012 | APOIO AO INVESTIMENTO NAS FREGUESIAS | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2016 | 31-12-2016 | 0 | | 182 760,00 | 182 760,00 | | | | | | 182 760,00 |
| | 02 | 04 07 01 | 16A013 | FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2016 | 31-12-2022 | 0 | | 8 900,00 | 8 900,00 | | 8 900,00 | 8 900,00 | 8 900,00 | 26 700,00 | 62 300,00 |
| TOTAL | | | | | | | | | | | | | | 618 460,00 | 618 460,00 | | 8 900,00 | 8 900,00 | 8 900,00 | 26 700,00 | 671 860,00 |

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 30 de outubro de 2015

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, ____ de _____ de 2015

10.5 PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

| Objetivo | Código da classificação económica | | | N.º do projeto / ação | Designação do programa e projecto / ação | | | | FR | Fonte de Financiamento | | | Resp. | Datas | | F.E. | Realizado | 2016 | | | Anos Seguintes | | | | Total Previsto |
|----------|-----------------------------------|-------------|--------|---|--|---|-----|----|------|------------------------|------------|----|------------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|---------------|-------------------|----------------|------|------------|--------------|----------------|
| | | | | | | | | | | AC | AA | FC | | Início | Fim | | | Total | Fin. Definido | Fin. Não Definido | 2017 | 2018 | 2019 | Outros | |
| 1.1.1 | Administração geral | | | | | | | | | | | | | | | | 445.160,04 | 2.900.000,00 | 240.000,00 | 2.660.000,00 | | | | 3.345.160,04 | |
| | 02 | 07 01 07 | 09P001 | CÂMARA MUNICIPAL / EQUIPAMENTO E MAQUINARIA | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2009 | 31-12-2017 | 0 | 243.730,43 | 10.000,00 | 10.000,00 | | | | | | | | | 253.730,43 | |
| | 02 | 07 01 08 | 09P001 | | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2009 | 31-12-2017 | 0 | | 20.000,00 | 20.000,00 | | | | | | | | | 20.000,00 | |
| | 02 | 07 01 09 | 09P001 | | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2009 | 31-12-2017 | 0 | | 20.000,00 | 20.000,00 | | | | | | | | | 20.000,00 | |
| | 02 | 07 01 10 02 | 09P001 | | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2009 | 31-12-2017 | 0 | | 20.000,00 | 20.000,00 | | | | | | | | | 20.000,00 | |
| | 02 | 07 01 01 | 10P032 | AQUISIÇÃO DE TERRENOS | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2010 | 31-12-2017 | 0 | 6.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | | | | 11.000,00 | |
| | 02 | 07 03 01 | 10P032 | | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2010 | 31-12-2017 | 0 | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | | | | 5.000,00 | |
| | 02 | 07 01 03 01 | 10P033 | REQUALIFICAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS | E | 0 | 100 | 0 | UOM | 01-01-2010 | 31-12-2017 | 0 | 91.702,79 | 10.000,00 | 10.000,00 | | | | | | | | | 101.702,79 | |
| | 02 | 07 01 06 02 | 10P035 | CÂMARA MUNICIPAL / MATERIAL DE TRANSPORTE | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2010 | 31-12-2017 | 0 | 103.726,82 | 40.000,00 | 40.000,00 | | | | | | | | | 143.726,82 | |
| | 02 | 07 01 06 02 | 16P001 | REABILITAÇÃO DA EMBARÇÃO RIO CALDO | O | 0 | 100 | 0 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2016 | 0 | | 100.000,00 | 100.000,00 | | | | | | | | | 100.000,00 | |
| | 02 | 07 01 03 01 | 16P002 | EQUIPAMENTO POLIVALENTE E MULTISERVOÇOS (CMVALÊNCIAS) | O | 0 | 15 | 85 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 345.000,00 | 5.000,00 | 340.000,00 | | | | | | | | 345.000,00 | |
| | 02 | 07 01 03 01 | 16P003 | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS | E | 0 | 15 | 85 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 2.325.000,00 | 5.000,00 | 2.320.000,00 | | | | | | | | 2.325.000,00 | |
| 2.1.1 | Ensino não superior | | | | | | | | | | | | | | | | 645.000,00 | 45.000,00 | 600.000,00 | | | | 645.000,00 | | |
| | 02 | 07 03 02 05 | 16P005 | REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR | E | 0 | 15 | 85 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 645.000,00 | 45.000,00 | 600.000,00 | | | | | | | | 645.000,00 | |
| 2.1.2 | Serviços auxiliares de ensino | | | | | | | | | | | | | | | | 10.000,00 | 10.000,00 | | | | | | 10.000,00 | |
| | 02 | 07 03 02 04 | 16P005 | REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR | | 0 | 0 | 0 | | | | 0 | | 10.000,00 | 10.000,00 | | | | | | | | | 10.000,00 | |
| 2.4.1 | Habitação | | | | | | | | | | | | 2.476,49 | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.476,49 | |
| | 02 | 07 01 02 03 | 10P011 | REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL | O | 0 | 100 | 0 | UOM | 01-01-2010 | 31-12-2017 | 0 | 2.476,49 | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | | | | 7.476,49 | |
| 2.4.2 | Ordenamento do território | | | | | | | | | | | | 249.080,95 | 5.131.000,00 | 231.000,00 | 4.900.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.380.080,95 | |
| | 02 | 07 03 03 01 | 08P003 | REQUALIFICAÇÃO URBANA - PARQUE DA VILA | E | 0 | 15 | 85 | UOM | 01-12-2008 | 31-12-2017 | 0 | | 1.205.000,00 | 5.000,00 | 1.200.000,00 | | | | | | | | 1.205.000,00 | |
| | 02 | 07 01 10 02 | 10P012 | ELABORAÇÃO DE PROJECTOS, PLANOS DE URBANIZAÇÃO/POR | O | 0 | 100 | 0 | UPU | 01-01-2010 | 31-12-2017 | 0 | 5.527,56 | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | | | | 10.527,56 | |
| | 02 | 07 03 03 01 | 10P013 | REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS | O | 0 | 100 | 0 | UOM | 01-01-2010 | 31-12-2017 | 0 | 210.276,76 | 50.000,00 | 50.000,00 | | | | | | | | | 260.276,76 | |
| | 02 | 07 03 03 04 | 10P019 | REQUALIFICAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNIC | O | 0 | 100 | 0 | UOM | 01-01-2010 | 31-12-2017 | 0 | 33.276,63 | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | | | | 38.276,63 | |
| | 02 | 07 03 03 12 | 11P001 | CEMITÉRIOS MUNICIPAIS | O | 0 | 100 | 0 | USUA | 01-01-2011 | 31-12-2017 | 0 | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | | | | 5.000,00 | |
| | 02 | 07 03 03 01 | 11P002 | ECOVIA RIO CALDO - GERÊS | E | 0 | 15 | 85 | UOM | 01-01-2011 | 31-12-2017 | 0 | | 1.705.000,00 | 5.000,00 | 1.700.000,00 | | | | | | | | 1.705.000,00 | |
| | 02 | 07 03 03 04 | 15P001 | MAIS EFICIÊNCIA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO CÁVADO | E | 0 | 15 | 85 | UOM | 01-01-2015 | 31-12-2016 | 0 | | 146.000,00 | 146.000,00 | | | | | | | | | 146.000,00 | |

| Objeto | Código da classificação económica | | N.º do projeto / ação | Designação do programa e projecto / acção | FR | Fonte de Financiamento | | | Resp. | Datas | | F.E. | Realizado | 2016 | | | Anos Seguintes | | | | Total Previsto |
|--------|---|-------------|-----------------------|---|----|------------------------|-----|----|-------|------------|------------|------|------------|--------------|---------------|-------------------|----------------|------------|------|--------|----------------|
| | | | | | | AC | AA | FC | | Início | Fim | | | Total | Fin. Definido | Fin. Não Definido | 2017 | 2018 | 2019 | Outros | |
| | 02 | 07 03 03 01 | 16P007 | CICLOVIA DO HOMEM | E | 0 | 15 | 85 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 1.505.000,00 | 5.000,00 | 1.500.000,00 | | | | | 1.505.000,00 |
| | 02 | 07 03 03 01 | 16P014 | RAIA TERMAL - REQUALIFICAÇÃO DA VILA TERMAL DO GERÊS | E | 0 | 15 | 85 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 505.000,00 | 5.000,00 | 500.000,00 | | | | | 505.000,00 |
| 2.4.3 | Saneamento | | | | | | | | | | | | 188.568,22 | 100.000,00 | 100.000,00 | 0,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 688.568,22 |
| | 02 | 07 03 03 02 | 10P016 | CONSTRUÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM E | E | 0 | 100 | 0 | USUA | 01-01-2010 | 31-12-2017 | 0 | 188.568,22 | 100.000,00 | 100.000,00 | | 200.000,00 | 200.000,00 | | | 688.568,22 |
| 2.4.4 | Abastecimento de água | | | | | | | | | | | | 66.452,73 | 2.125.085,00 | 115.000,00 | 2.010.085,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.591.537,73 |
| | 02 | 07 03 03 07 | 10P017 | CONSTRUÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIME | E | 0 | 100 | 0 | USUA | 01-01-2010 | 31-12-2017 | 0 | 66.452,73 | 100.000,00 | 100.000,00 | | 200.000,00 | 200.000,00 | | | 566.452,73 |
| | 02 | 07 01 08 | 16P008 | CICLO URBANO DA ÁGUA | E | 0 | 15 | 85 | USUA | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 2.015.085,00 | 5.000,00 | 2010085 | | | | | 2.015.085,00 |
| | 02 | 07 01 09 | 16P008 | | E | 0 | 15 | 85 | USUA | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | 5.000,00 |
| | 02 | 07 03 03 07 | 16P008 | | E | 0 | 15 | 85 | USUA | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | 5.000,00 |
| 2.4.5 | Resíduos sólidos | | | | | | | | | | | | 3.359,18 | 5.000,00 | 5.000,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.359,18 |
| | 02 | 07 01 10 01 | 10P039 | AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO | O | 0 | 100 | 0 | USUA | 01-01-2010 | 31-12-2017 | 0 | 3.359,18 | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | 8.359,18 |
| 2.4.6 | Protecção meio ambiente e conservação da natureza | | | | | | | | | | | | 8.368,36 | 5.000,00 | 5.000,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.368,36 |
| | 02 | 07 03 03 05 | 10P029 | CONSTRUÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DE JARDINS | O | 0 | 100 | 0 | USUA | 01-01-2010 | 31-12-2017 | 0 | 8.368,36 | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | 13.368,36 |
| 2.5.1 | Cultura | | | | | | | | | | | | 0 | 260.000,00 | 10.000,00 | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 260.000,00 |
| | 02 | 07 01 03 02 | 16P009 | REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL EDIFICADO | O | 0 | 100 | 0 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 2.500,00 | 2.500,00 | | | | | | 2.500,00 |
| | 02 | 07 03 02 02 | 16P009 | | O | 0 | 100 | 0 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 2.500,00 | 2.500,00 | | | | | | 2.500,00 |
| | 02 | 07 03 05 | 16P010 | REQUALIFICAÇÃO DA VIA ROMANA | E | 0 | 15 | 85 | UPU | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 255.000,00 | 5.000,00 | 250.000,00 | | | | | 255.000,00 |
| 2.5.2 | Desporto, recreio e lazer | | | | | | | | | | | | 0 | 2.425.000,00 | 45.000,00 | 2.380.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.425.000,00 |
| | 02 | 07 01 04 06 | 16P006 | CONSTRUÇÃO REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS E | O | 0 | 100 | 0 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | 5.000,00 |
| | 02 | 07 01 04 06 | 16P011 | PRAIA DO ALQUEIRÃO | E | 0 | 15 | 85 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 355.000,00 | 5.000,00 | 350.000,00 | | | | | 355.000,00 |
| | 02 | 07 03 03 06 | 16P012 | REQUALIFICAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE TRILHOS PEDESTRES | E | 0 | 15 | 85 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 205.000,00 | 5.000,00 | 200.000,00 | | | | | 205.000,00 |
| | 02 | 07 03 03 06 | 16P013 | CAMINHOS DE S. BENTO DA PORTA ABERTA | E | 0 | 15 | 85 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 485.000,00 | 5.000,00 | 480.000,00 | | | | | 485.000,00 |
| | 02 | 07 01 06 02 | 16P015 | RESERVA DA BIOSFERA - ITI PNPG | E | 0 | 15 | 85 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 1.005.000,00 | 5.000,00 | 1.000.000,00 | | | | | 1.005.000,00 |
| | 02 | 07 03 03 05 | 16P015 | | E | 0 | 15 | 85 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | 5.000,00 |
| | 02 | 07 03 03 06 | 16P015 | | E | 0 | 15 | 85 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | 5.000,00 |
| | 02 | 07 03 05 | 16P015 | | E | 0 | 15 | 85 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | 5.000,00 |
| | 02 | 07 01 04 06 | 16P017 | AÇUDE NO RIO HOMEM | E | 0 | 15 | 85 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 355.000,00 | 5.000,00 | 350.000,00 | | | | | 355.000,00 |
| 3.3.1 | Transportes rodoviários | | | | | | | | | | | | 820.958,95 | 1.974.000,00 | 294.000,00 | 1.680.000,00 | 310.000,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.204.958,95 |
| | 02 | 07 03 03 08 | 02P190 | REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EXISTENTE | O | 0 | 0 | 0 | UOM | 01-01-2002 | 31-12-2017 | 0 | 573.078,64 | 274.000,00 | 274.000,00 | | 300.000,00 | 100.000,00 | | | 1.247.078,64 |
| | 02 | 07 03 03 08 | 09P004 | REQUALIFICAÇÃO DE CAMINHOS AGRÍCOLAS E RURAIS | O | 0 | 0 | 0 | UOM | 01-01-2009 | 31-12-2017 | 0 | 243.730,43 | 5.000,00 | 5.000,00 | | 10.000,00 | | | | 258.730,43 |

| Objeto | Código da classificação económica | | N.º do projeto / ação | Designação do programa e projecto / ação | FR | Fonte de Financiamento | | | Resp. | Datas | | F.E. | Realizado | 2016 | | | Anos Seguintes | | | | Total Previsto |
|--------|-------------------------------------|-------------|-----------------------|--|----|------------------------|-----|----|-------|------------|------------|------|--------------|---------------|---------------|-------------------|----------------|------------|-----------|------------|----------------|
| | | | | | | AC | AA | FC | | Início | Fim | | | Total | Fin. Definido | Fin. Não Definido | 2017 | 2018 | 2019 | Outros | |
| | 02 | 07 03 03 09 | 10P026 | SINALIZAÇÃO VIÁRIA E TURISTICA | O | 0 | 100 | 0 | UOM | 01-01-2010 | 31-12-2017 | 0 | 4.149,88 | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | 9.149,88 |
| | 02 | 07 03 03 08 | 16P004 | VARIANTE DE COVIDE | E | 0 | 0 | 0 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | 5.000,00 |
| | 02 | 07 01 03 07 | 16P016 | MOBILIDADE: ESPAÇO DE ACOLHIMENTO DE PASSAGEIROS | E | 0 | 15 | 85 | UOM | 01-01-2016 | 31-12-2017 | 0 | | 1.685.000,00 | 5.000,00 | 1.680.000,00 | | | | | 1.685.000,00 |
| 4.2.0 | Transferências entre administrações | | | | | | | | | | | | 63.036,00 | 63.036,00 | 63.036,00 | | 63.036,00 | 63.036,00 | 63.036,00 | 126.074,14 | 441.254,14 |
| | 02 | 09 08 02 | 15P002 | FUNDO DE APOIO MUNICIPAL | O | 0 | 100 | 0 | OA | 01-01-2015 | 31-12-2021 | 0 | 63.036,00 | 63.036,00 | 63.036,00 | | 63.036,00 | 63.036,00 | 63.036,00 | 126.074,14 | 441.254,14 |
| TOTAL | | | | | | | | | | | | | 1.847.460,92 | 15.648.121,00 | 1.168.036,00 | 14.480.085,00 | 773.036,00 | 563.036,00 | 63.036,00 | 126.074,14 | 19.020.764,06 |

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 30 de outubro de 2015

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, ____ de _____ de 2015

11. ANEXOS

11.1 ENCARGOS COM EMPRÉSTIMOS

Caixa Geral de Depósitos

| Empréstimo nº | Capital | Juros |
|------------------|---------------------|-------------------|
| 9015004926891 | 12.364,12 € | 187,67 € |
| | 12.381,27 € | 160,89 € |
| 9015002272691 | 15.509,27 € | 224,47 € |
| | 15.529,60 € | 202,02 € |
| 9015004324391 | 18.608,89 € | 439,74 € |
| | 18.631,78 € | 416,85 € |
| 9015004579391 | 7.564,57 € | 159,68 € |
| | 7.572,48 € | 151,77 € |
| 810000406091 | 1.334,08 € | 30,82 € |
| | 1.334,08 € | 28,25 € |
| 9140013398391 | 17.273,98 € | 834,66 € |
| | 17.329,08 € | 768,27 € |
| 810000410991 | 2.299,76 € | 53,12 € |
| | 2.299,76 € | 48,70 € |
| 9015002313791 | 24.442,27 € | 698,25 € |
| | 24.499,71 € | 640,81 € |
| 810000414191 | 10.772,47 € | 228,41 € |
| | 10.795,10 € | 201,18 € |
| TOTAL CGD | 220.542,27 € | 5.475,56 € |

Caixa de Crédito Agrícola

| Empréstimo nº | Capital | Juros |
|-------------------|---------------------|-------------------|
| 56027276582 | 3.520,25 € | 246,88 € |
| | 3.537,12 € | 226,69 € |
| 560038257776 | 13.340,21 € | 8,81 € |
| | 13.343,69 € | 3,73 € |
| 56038385217 | 11.062,10 € | 56,11 € |
| | 11.073,83 € | 34,16 € |
| 56047150047 | 14.350,77 € | 1.134,05 € |
| | 14.404,93 € | 1.062,81 € |
| 59040107226 | 14.471,90 € | 923,98 € |
| | 14.471,90 € | 858,51 € |
| TOTAL CCAM | 113.576,70 € | 4.555,73 € |

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

| Empréstimo nº | Capital | Juros |
|----------------------|--------------------|-------------------|
| 2006.21.0002.2.00.1 | 5.392,90 € | 3.527,36 € |
| | 5.481,16 € | 3.439,10 € |
| TOTAL IHRU | 10.874,06 € | 6.966,46 € |

Quadro Resumo

| Entidade | Capital | Juros |
|--|---------------------|--------------------|
| Caixa Geral de Depósitos | 220.542,27 € | 5.475,56 € |
| Caixa de Crédito Agrícola | 113.576,70 € | 4.555,73 € |
| Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana | 10.874,06 € | 6.966,46 € |
| TOTAL GERAL | 344.993,03 € | 16.997,75 € |

11.2 QUADRO-RESUMO DOS SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

| Descrição | Observações | Montante aprovado e não reembolsado |
|---|-------------|-------------------------------------|
| Valor Gerês-Xurês – Cooperação transfronteiriça | | 3.505,50 |
| Piscina Municipal | 5% finais | 25.000,00 |
| Vilar termal do Gerês | | 9.489,27 |
| Água Cávado | | 18.752,04 |
| ESDC | | 40,25 |
| Valorização da Serra Amarela | | 22.509,62 |
| Cávado Digital 2 | | 6.390,98 |
| Gestão e Prevenção de riscos | | 3.326,94 |
| Eq. Operacionais de proteção civil | | 928,87 |
| Cávado Prospetivo | | 408,37 |
| Reabilitação de passeio pedonal | | 2.305,44 |
| Cávado Digital MAIS | | 7.638,27 |
| | | 102.125,07 |
| Água Cávado | | 12.974,43 |
| | | 9.548,76 |
| | | 46.643,28 |
| Eficiência energética na Iluminação Pública | | 123.981,85 |
| Total | | 395.568,94 € |

11.3 MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

| Designação entidade | NIPC | Participação | |
|---|-----------|--------------|------------|
| | | % | Valor |
| APESB - Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental | 501062769 | 0,14% | 103,36 |
| ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses | 501627413 | 0,28% | 4.218,00 |
| Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda Gerês - ADERE-PG | 503361380 | 0,00% | 0,00 |
| BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA | 503730947 | 2,40% | 42.000,00 |
| Escola Profissional Amar Terra Verde, Lda. | 504595067 | 9,80% | 79.807,66 |
| CIAB - Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo | 505214504 | 5,31% | 2.747,93 |
| TCR - Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, CRL | 506592545 | 2,47% | 5.000,00 |
| AM MINHO - Associação de Municípios do Minho | 506945987 | 7,69% | 30.496,10 |
| ALIANÇA ARTESANAL - Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Lda. | 502037067 | 12,50% | 396,54 |
| Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM do Cávado) | 508779472 | 0,00% | 0,00 |
| Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER | 508905435 | 0,00% | 0,00 |
| ÁGUAS DO NORTE,S.A. | 509436595 | 0,27% | 177.162,12 |
| Agência de Energia do Cávado | 509401848 | 0,00% | 0,00 |